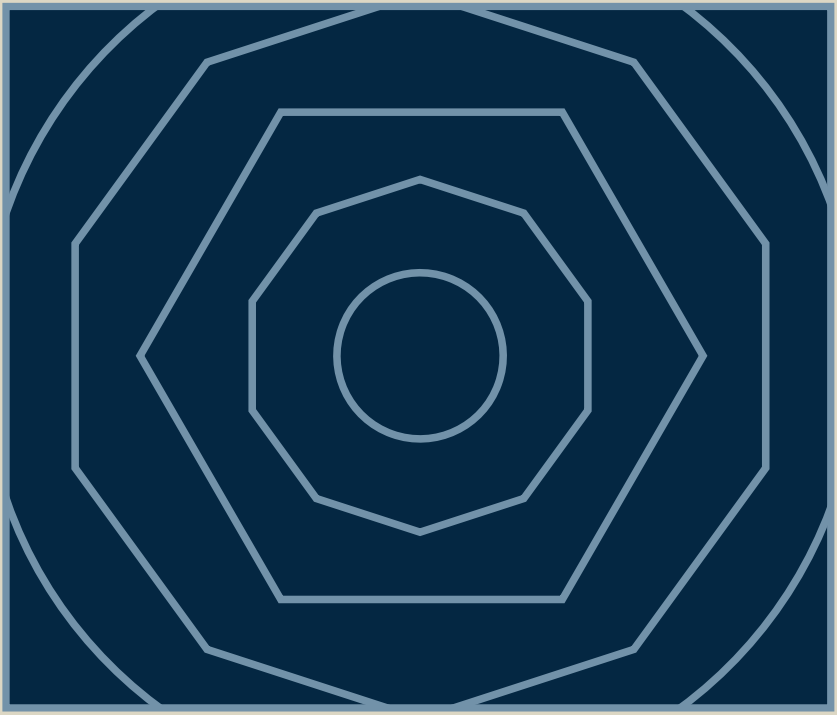
LÚCIO LOURENÇO PRADO

BREVE INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA LINGUAGEM



AV EDIÇÕES

BREVE INTRODUÇÃO À
FILOSOFIA DA LINGUAGEM

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
Direção editorial: Charles Feldhaus (UEL/Brasil)
SÉRIE "Racionalidade, Intencionalidade e Semântica"
Editor da série: Evandro O. Brito (UNICENTRO/Brasil)

Comitê Editorial
- Aline Medeiros Ramos (UQAM e UQTR/Canadá)
- Alexandre Lima (IFC/Brasil)
- Arthur Meucci (UFV/Brasil)
- Caroline Izidoro Marim (PUC-RS/Brasil)
- Celso Reni Braida (UFSC/Brasil)
- Charles Feldhaus (UEL/Brasil)
- Cleber Duarte Coelho (UFSC/Brasil)
- Elizia Cristina Ferreira (UNILAB/Brasil)
- Ernesto Maria Giusti (UNICENTRO/Brasil)
- Evandro Oliveira de Brito (UNICENTRO/Brasil)
- Fernando Mauricio da Silva (FMP/Brasil)
- Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann (UFFS/Brasil)
- Gilmar Evandro Szczepanik (UNICENTRO/Brasil)
- Gislene Vale dos Santos (UFBA/Brasil)
- Gilson Luís Voloski (UFFS/Brasil)
- Halina Macedo Leal (FSL-FURB/Brasil)
- Héctor Oscar Arrese Igor (CONICET/Argentina)
- Jason de Lima e Silva (UFSC/Brasil)
- Jean Rodrigues Siqueira (UNIFAI/Brasil)
- Joedson Marcos Silva (UFMA/Brasil)
- Joelma Marques de Carvalho (UniSALZBURG, Áustria)
- José Cláudio Morelli Matos (UDESC/Brasil)
- Leandro Marcelo Cisneros (UNIFEBE/Brasil)
- Lucio Lourenço Prado (UNESP/Brasil)
- Luís Felipe Bellintani Ribeiro (UFF/Brasil)
- Maicon Reus Engler (UFPR/Brasil)
- Marciano Adílio Spica (UNICENTRO/Brasil)
- Marilia Mello Pisani (UFABC/Brasil)
- Paulo Roberto Monteiro de Araujo (Mackenzie/Brasil)
- Renato Duarte Fonseca (UFRGS/Brasil)
- Renzo Llorente (Saint Louis University/Espanha)
- Rogério Fabianne Saucedo Corrêa (UFPE/Brasil)
- Vanessa Furtado Fontana (UNIOESTE/Brasil)

LÚCIO LOURENÇO PRADO

BREVE INTRODUÇÃO À
FILOSOFIA DA LINGUAGEM

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
2026

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
Coordenadora Administrativa
Simone Gonçales

Capa
Nilda Macedo

Revisão
O autor

Concepção da obra
Grupo de Pesquisa "Estudos da Modernidade"
(UNESP/CNPq)

Concepção da Série
Grupo de Pesquisa "Origens da Filosofia Contemporânea"
(PUCSP/CNPq)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o ISBD

L896b Prado, Lúcio Lourenço
Breve introdução à filosofia da linguagem /Lúcio Lourenço Prado. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições, 2026.

ISBN: 978-85-93565-62-5 (Físico)
ISBN: 978-85-93565-63-2 (Digital – PDF)
ISBN: 978-85-93565-61-8 (Digital - ePUB)

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Linguagem. 3. Semântica 4. Filosofia analítica I. Título.

CDD: 401

Marcio Carvalho Fernandes – Bibliotecário – CRB 9/1815

Atribuição: Uso Não-Comercial
Vedada a Criação de Obras Derivadas
APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
editora@apolodorovirtual.com.br
www.apolodorovirtual.com.br

Os primeiros princípios de toda ciência não apenas não são belos, mas também parecem simplórios, áridos e quase deformados

Thomas Hobbes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO 1
UNIDADE DO SENTIDO 14
1.1. O significado das palavras e a unidade do sentido 14
1.2. Abordagens lógica e psicológica da linguagem 17
CAPÍTULO 2
SENTIDO PROPOSICIONAL 22
2.1. A proposição 22
2.2. Lógica e gramática 24
2.3. Sintaxe e semântica 26
2.4. A estrutura formal da proposição 29
CAPÍTULO 3
FILOSOFIA DA LINGUAGEM NO EMPIRISMO BRITÂNICO: LOCKE E MILL 38
3.1. Supostos históricos 38
3.2. O conceitualismo de Locke 42
3.3. Mill e a refutação do conceitualismo 45
3.4. Teoria da conotação 50
CAPÍTULO 4
FREGE E WITTGENSTEIN 55
4.1. Sentido e referência 55
4.2. O que pode ser dito 62
4.3. Jogos de linguagem 66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 72

INTRODUÇÃO

O que nos faz humanos é a tecnologia. Em determinado momento da história da vida na terra, um grupo de primatas aprendeu não só a usar, mas, principalmente, fabricar ferramentas. Com isso, foi capaz de trilhar atalhos evolutivos. Enquanto predadores precisaram milhões de anos de evolução para desenvolverem dentes, garras, força mandibular apropriados à caça de suas presas e destrinchamento de suas partes, o homem passou a consumir essas mesmas presas mesmo com membros fracos, unhas em vez de garras e dentes que evoluíram mastigando frutas em cima das árvores. E aqui surge um problema fundamental: o felino que nasce com um corpo que foi forjado pela lenta evolução a caçar e consumir aquelas carnes 'sabe' para que serve e como usar seus membros, pois eles estão lá para isso, evoluíram para isso. Esse é conhecimento instintivo que os animais possuem como que impressos geneticamente em seus corpos. Ninguém precisa ensiná-los, mostrar para que serve ou como usar suas presas e garras, pois estão em seu corpo exclusivamente para cumprir determinadas funções, e isso foi selecionado naturalmente pelos processos evolutivos.

A humanidade, desde o momento em que se separou da linhagem dos chimpanzés, nossos parentes mais próximos, produz algo que é exclusivo em todo reino animal: cultura. Além daquilo que a evolução nos proporcionou diretamente modelando nossos corpos, a vida humana exige o uso de ferramentas que são alheias à nossa natureza evolutiva e que, por isso, não sabemos instintivamente como usá-las. Isso precisa ser ensinado e aprendido. Além do nosso patrimônio genético, possuímos também, enquanto espécie, desde os primórdios de nossa evolução, um patrimônio cultural que deve ser preservado e

comunicado. Por ser um animal tecnológico, o homem necessariamente tornou-se um animal cultural. E a cultura, por sua vez, não se preserva nem se comunica por meio dos genes, mas pela linguagem. O animal tecnológico é necessariamente um animal cultural e, por isso, também um animal falante, linguístico.

A paleoantropologia não sabe ao certo quando começamos a falar, mas tem plena convicção que manifestações de proto-linguagens devem ser tão antigas e elementares quanto o próprio uso e fabricação de ferramentas. Sinais manuais, gritos e uivos com determinadas entonações, expressões faciais acompanhadas de sons mais graves ou mais agudos, mais retidos e mais efusivos antecederam o surgimento das primeiras vocalizações simples, que, por seu turno, demandaram longo trabalho evolutivo até desenvolvimento de pregas vocais e mecanismos respiratórios adequados à fala propriamente dita. Tudo isso evolui conjuntamente com nosso cérebro gigante. Para outras espécies, as vantagens evolutivas que levaram à transformação dos corpos foram da ordem da força, da rapidez, ou de membros perfeitamente adaptados a realizar tarefas determinadas… Para nossa linhagem, essas vantagens eram de ordem cognitiva.

Este animal tecnológico, cultural e comunicativo evoluiu por um caminho totalmente incomum (aliás, único) na natureza. Ferramentas proporcionam acesso a maior quantidade e variedade de alimentos, cozimento propicia mais retenção de nutrientes e digestão mais simples. Como consequência ocorreu o aumento dos nossos cérebros, pois a inteligência passou a ser o fator priorizado pela seleção natural. Indivíduos com cérebros maiores e maior capacidade cognitiva tinham vantagens sobre os demais, pois comiam mais, eram mais fortes, se reproduziam mais e espalhavam seus genes. Criou-se um ciclo evolutivo: mais comida, mais energia arrecadada, menos energia

gasta na digestão (sobretudo por conta do cozimento), mais energia disponível para o desenvolvimento do cérebro e da cognição. Isso traz mais inteligência, que produz mais tecnologia, dá acesso a mais e melhores alimentos, com maior facilidade digestiva, produzindo cérebros ainda maiores e mais desenvolvidos. A linguagem, certamente, teve que evoluir junto, na mesma proporção. Cognição mais complexa impõe desafios mais complexo e exigem linguagens mais complexas.

Se o advento da tecnologia e da cultura impeliu o homem a produzir mecanismos simbólicos capazes de representar coisas do mundo a serem comunicadas nos processos de aprendizagem, a evolução gradativa de nossa capacidade cerebral acabou por levar a uma outra esfera de atividade linguística e simbólica: nossos próprios pensamentos. Nosso cérebro cresceu, ficamos mais inteligentes, e isso proporcionou o incremento de nossas capacidades mentais. Pensamos mais, tornamo-nos capazes de fazer abstrações, de refletir sobre nossos próprios estados mentais e afetos, e de falarmos sobre isso tudo. A linguagem deve falar do mundo, das coisas da natureza, dos fatos e das situações que devem ser comunicadas com vistas às atividades práticas que exercemos enquanto sociedade, mas a linguagem também é a ferramenta capaz de exteriorizar o conteúdo dos nossos pensamentos. A linguagem ensina como fabricar e usar uma ferramenta, como caçar uma grande presa usando essa ferramenta, como processar a carne obtida na caça para melhor proveito nutricional, ensina a construir um abrigo ou uma vestimenta, avisa sobre um perigo iminente. Mas ela é também o instrumento do acordo, do pacto, das tratativas, do enlaçamento social, do entendimento comum, enfim, literalmente, da troca de ideias.

Muitos filósofos que refletiram sobre os fundamentos mais elementares da linguagem e produziram teorias

que podem ser classificadas como *filosofias da linguagem* privilegiaram um ou outro aspecto do fenômeno linguístico: um, aqui chamado de *lógico-veritativo,* consiste na linguagem como instrumento capaz de expressar verdades sobre o mundo; outro, denominado *psico-sociológico*, é a linguagem como ferramenta de interação humana por meio da comunicação de intenções e afetos, necessária para o enlace social. A linguagem é ferramenta da ciência e da técnica e deve ser capaz de falar do mundo, das coisas, e de como manipulá-los ao nosso favor. É também o instrumento da interação intersubjetiva, de troca de ideias, dos pactos e acordos que tornam a sociedade e a civilização possíveis. Filósofos da verdade, da ciência, da lógica e do conhecimento tenderam o abordar a linguagem priorizando o primeiro aspecto. Nessa turma encontraremos desde Aristóteles até Frege e Wittgenstein. Contratualistas anglo-saxônicos, por seu turno, privilegiaram em geral a segunda forma de abordagem.

Há aqui uma dimensão pragmática indissociável: por ser um instrumento, uma ferramenta (meio, não fim) uma abordagem filosófica da linguagem deve considerar antes de tudo o fim para o qual esta ferramenta é usada. Mas a linguagem tem muitos fins, é uma ferramenta multifacetada. Levou muitos séculos de reflexões filosóficas até Wittgenstein concluir que linguagem é jogo. Não um único jogo, mas um sistema infinito de jogos, cujo critério que os une é unicamente o fato de terem regras e jogadores.

Este livro, como o título deixa claro, encontra-se metodologicamente na categoria de *introdução*, ou seja, é um texto que tem por objetivo apresentar algumas questões e abordagens acerca da linguagem e seus fundamentos filosóficos de modo a 'preparar' o leitor para reflexões e leitura de obras complexas – que, por vezes, são pouco penetráveis. É muito comum, quando se trata de bibliografia secundária, a falta de clareza dos estudantes (e por

vezes também dos mestres) acerca do que é uma *introdução* e o que é um *comentário*. Para resolver isso em poucas palavras a partir de um critério simples, podemos estabelecer que o texto de *introdução* deve ser lido antes da bibliografia primária, ao passo que os *comentários* devem ser lidos depois. Quem escreve uma introdução ao pensamento de Kant, por exemplo, deve supor que seu leitor desconhece muitos dos pressupostos necessários para a compreensão dos problemas e teses kantianos de forma minimamente sólida, e, então, oferecer tais elementos. Já quem escreve um comentário supõe que seu leitor conhece minimamente o pensamento kantiano e é capaz de compreender o alcance de suas análises. O presente opúsculo encontra-se na primeira categoria metodológica. Destina-se, portanto, ao estudante de filosofia que pretende iniciar estudos em temas relacionados à filosofia da linguagem, aos estudantes e estudiosos de outras áreas que se interessam pelos fundamentos mais elementares da linguagem e suas consequências filosóficas.

O livro é dividido em quatro capítulos. Nos dois primeiros é explorada a noção de *sentido*. Coloca-se o problema da unidade prioritária de comunicação linguística, que não é a palavra, mas uma entidade complexa cujo nexo é problemático. Também os aspectos lógico e psicológico da linguagem são explorados nas primeiras partes, quando são delimitadas suas dimensões *lógico-veritiva* e *psico-sociológica*.

Nos dois capítulos finais, alguns problemas são abordados a partir de reflexões de filósofos relevantes para a filosofia da linguagem. Se os dois primeiros capítulos são mais temáticos e, em certo sentido, mais técnicos, a metade final do livro apresenta problemas linguísticos a partir do debate entre os filósofos acerca dos temas caros aos nossos interesses. Primeiramente é abordada concepção de linguagem presente no empirismo anglo-saxôncio durante a

modernidade, e que nos leva a autores com Hobbes, Locke e Stuart Mill. No capítulo final são apresentados problemas lógicos e semânticos em Frege e Wittgenstein.

CAPÍTULO 1

UNIDADE DO SENTIDO

1.1. O significado das palavras e a unidade do sentido

Certamente soará estranha a afirmação a seguir, mas a sua compreensão será fundamental para começarmos a entender os problemas que se colocarão em nosso livro com relação ao processo de significação e de interação linguística:

> *Embora utilizemos as palavras no ato comunicativo (ou, pelo menos, no ato comunicativo discursivo), as palavras não têm o poder de comunicar; ou seja, nós não nos comunicamos pelas palavras, por meio de seus significados.*

Não estamos fazendo aqui alusão a alguma espécie de comunicação não-discursiva que poderíamos, talvez, imaginar. Não estamos falando de alguma suposta 'linguagem corporal' ou 'linguagem dos gestos', ou a alguma possível 'linguagem intuitiva' cujos conteúdos pudessem, talvez, de forma imediata, sem a mediação simbólica, ser comunicados de mente para mente. Não é isso. Nossa afirmação diz respeito tanto à linguagem que estamos todos acostumados a usar, a linguagem do dia-a-dia, a linguagem natural, quanto às linguagens formais das ciências. Nossa afirmação mantém, portanto, que os processos de interação intersubjetiva que realizamos linguisticamente em nossa vida real não têm as palavras ou seus significados como objetos últimos a serem comunicados. Por uma razão muito simples: embora a palavra, ao seu modo, tenha propriamente um (ou mais de um, no caso dos termos equívocos) significado, este significado, isoladamente, não é

suficiente (salvo raríssimas exceções de ordem contextual) para constituir um conteúdo a ser comunicado. É preciso mais do que palavras isoladas e seus significados para que algo possa ter seu sentido constituído.

Por exemplo: conhecemos o significado da palavra "carro". No entanto, suponha que alguém chegue até nós e diga: "carro". Se a situação for considerada em si mesma, isolada de quaisquer especificações de ordem contextual; se não supusermos, por exemplo, que alguém tenha feito uma pergunta antes, ou que se trata de algum jogo; se tomarmos a situação como um 'início de conversa', o que se pode entender sobre o que disse o interlocutor? O que alguém pode querer comunicar quando enuncia simplesmente a palavra "carro", mesmo supondo que todos seus interlocutores conheçam seu significado? A resposta é elementar: nada. Palavras isoladamente não comunicam nada.

No entanto, se a pessoa disser, por exemplo, "meu carro está quebrado", a situação torna-se diferente, pois um conteúdo objetivo será expresso. Algo que possui uma unidade de sentido será comunicado e, por causa disso, algo também poderá ser compreendido. Pode-se, assim, estabelecer a relação mais elementar do processo comunicativo: a comunicação de conteúdos que não são propriamente os conteúdos semânticos isolados das palavras, mas unidades de sentido que se expressam por meio das palavras.

Parece claro, a partir do exemplo fornecido, que o problema do significado é algo muito mais complicado do que aquele que se estabelece quando perguntamos simplesmente pela relação referencial que existe entre as palavras e as coisas. Este, embora não seja isento de dificuldades, é muito menos complexo e tem menos consequências do que o problema que envolve a pergunta pela

constituição do sentido. E é exatamente isso o que exprimimos de fato quando nos comunicamos em qualquer que seja a circunstância: sentidos, unidades complexas de significado. As palavras com seus significados específicos, por sua vez, são as 'ferramentas' que utilizamos para constituir e expressar os sentidos; seus significados contribuem para a constituição do sentido; mas, isoladamente, não podem expressar pensamentos; literalmente, não fazem sentido.

Se encararmos as coisas a partir deste ponto de vista, muitos problemas se colocam para o filósofo da linguagem:

> a) Por que determinadas palavras dispostas de forma diferente podem exprimir o mesmo sentido? Por exemplo: "João ama Maria" e "Maria é amada por João" são arranjos diferentes de palavras que exprimem o mesmo sentido.
>
> b) Por que em outras situações a disposição diferente dos termos exprime sentidos diferentes? Por exemplo: "João ama Maria" tem um sentido distinto de "Maria ama João".
>
> c) Por que determinadas palavras quando agrupadas exprime um sentido e outras não? Por que "Brasil quarta-feira cantar" não significa nada, embora todas as palavras empregadas tenham significado?
>
> d) Como é possível que os significados isolados de cada palavra possam 'se unir' a outros significados para, em última instância, significar uma única coisa, ou seja, exprimir um único sentido? Por que e como os significados isolados das palavras "o", "carro", "é" e "azul", quando 'agrupados' significam uma única coisa, a saber, o sentido da proposição "o carro é azul"?

e) Qual a natureza e o estatuto deste conteúdo objetivo que comunicamos? É uma entidade psíquica ou uma entidade racional e objetiva?

Esses e alguns outros problemas deles decorrentes serão abordados no decorrer do presente livro. Começaremos abordando alguns pontos de vista a partir dos quais a filosofia pode enxergar o papel (ou os papéis) da linguagem no conjunto das atividades humanas, a fim de compreendermos em que sentidos podemos dizer que a linguagem é um instrumento capaz de expressar conteúdos.

1.2. Abordagens lógica e psicológica da linguagem

Certamente a linguagem tem várias finalidades na vida humana. O fato de podermos articular sons ou sinais gráficos dotando-os de significação e tornando-os capazes de comunicar conteúdos é algo muito útil e que tem sido utilizado pela humanidade com grande proveito e para muitas coisas. Somente no século XX, a partir do pensamento tardio de Wittgenstein, a filosofia parece ter compreendido este caráter multifacetado da linguagem da forma mais abrangente. Até então, os filósofos tendiam a privilegiar uma ou outra característica e finalidade da linguagem para fornecer suas teorias semânticas. E dependendo do ponto de vista adotado quanto à finalidade última da linguagem no conjunto das ações humanas, diferentes teorias acerca do significado linguístico serão produzidas.

De um modo geral, praticamente todos concordam que a linguagem é um instrumento, uma ferramenta. Mas é uma ferramenta que serve para várias coisas. Duas dessas 'utilidades' da linguagem foram privilegiadas pelos filósofos ao longo dos séculos, de modo que podemos facilmente identificar duas tendências bem definidas de pensamento

quando estudamos as teorias sobre a linguagem através da história:

a) *Abordagem psico-sociológica*; aquela que aborda a linguagem como instrumento de interação inter-subjetiva, privilegiando, assim, o papel por ela exercido na comunicação humana ordinária; busca, desta forma, explicar o papel da linguagem enquanto instrumento capaz de exteriorizar os conteúdos da vida psíquica dos sujeitos e, assim, entre outras coisas, proporcionar aos homens a possibilidade da constituição do pacto social, dos acordos que supostamente fundamentam a vida em sociedade, uma vez que esses acordos somente podem ser estabelecidos por meio de uma linguagem.

b) *Abordagem lógico-veritiva* da linguagem é aquela que detém seu foco de atenção na caracterização da linguagem como instrumento da ciência; assim, seu problema principal consiste em averiguar a capacidade que tem a linguagem de enunciar verdades sobre o mundo. Este ponto de vista tende a priorizar a investigação acerca do conceito de proposição, e sempre estará submetida a teorias formais da verdade.

Esta dupla possibilidade de abordagem da linguagem com relação ao papel que exerce no conjunto das atividades humanas tem consequências importantes, pois levará a dois modelos distintos de teorias semânticas.

Como foi mencionado, a comunicação linguística se dá por meio da expressão de sentidos, de unidades complexas de significados que se constituem a partir da significação de suas partes. Uma pergunta importante que temos que fazer é: o que é este conteúdo objetivo comunicado? Qual seu estatuto? São entidades mentais, de natureza subjetiva e, portanto, privada, como nossas ideias e representações? Ou são conteúdos objetivos com validade

própria, que independem das mentes que os compreendem, e que, por isso, são comuns a todos os sujeitos? Será que algo pode expressar um sentido mesmo que não houvesse nenhuma mente para compreendê-lo, ou será que o sentido somente se manifesta na medida em que é compreendido por alguma mente? De acordo com o ponto de vista com o qual abordamos a linguagem, seremos inclinados a direcionar nossas respostas às questões colocadas para uma ou outra direção. Se a linguagem é abordada a partir da característica que possui de ser o instrumento privilegiado da interação intersubjetiva, necessário, entre outras coisas, ao estabelecimento do pacto social, parece razoável afirmar, como alguns idealistas, que a linguagem tem por objetivo exteriorizar por meio de signos sensíveis os conteúdos subjetivo da consciência, nossas ideias. Como não é possível ter acesso direto àquilo que meu interlocutor está pensando, uma vez que suas ideias não são sensíveis (isto é, não podem ser percebidas pelos cinco sentidos) se faz necessária a utilização de signos sensíveis capazes de substituir as ideias não-sensíveis. Os termos da linguagem são, pois, de acordo com eles, signos de nossas ideias. E só podemos estabelecer qualquer tipo de acordo e estabelecer os fundamentos do pacto social, se, literalmente, formos capazes de trocar ideias, e só por meio da linguagem somos capazes de realizar tal proeza.

Adotado este ponto de vista, somos levados a compreender a linguagem como algo que tem como referência direta não o mundo, mas nossas ideias sobre o mundo. Em última análise, não pretendo comunicar o que se passa no mundo quando me comunico linguisticamente, mas aquilo que se passa na minha cabeça. Mesmo quando pareço falar do mundo, estou, na verdade, falando de minhas ideais acerca do mundo. Deste ponto de vista, a linguagem é tida como algo que versa sobre o universo subjetivo e psíquico, e não sobre o mundo exterior. Há, certamente, um forte

elemento idealista aqui. Este ponto de vista está diretamente vinculado à tese, muito difundida durante a filosofia moderna, de que os sujeitos não têm nenhum tipo de acesso cognitivo ao mundo exterior, mas o fazem por meio de 'substitutos', que são nossas ideias. Ou seja, não conhecemos diretamente o mundo, mas somente por intermédio de nossas ideias acerca dele. Nesse sentido, nada mais natural para os idealistas do que afirmar que a linguagem se refere prioritariamente aos conteúdos de nossas mentes e não a 'mundo real'.

Por outro lado, os filósofos que se preocuparam prioritariamente em oferecer teorias semânticas capazes de explicar a capacidade que a linguagem possui de expressar verdades acerca do mundo tenderão a postular que a constituição dos sentidos independe das mentes que os compreendem, pois estes sentidos devem expressar, de alguma forma, o comportamento do mundo. Assim, os sentidos expressos pela linguagem devem possuir algum tipo de objetividade que exigirá, em última instância, uma conexão necessária com o mundo do qual se está falando. A linguagem, sobre este enfoque, deve ser encarada como um instrumento para falar do mundo e não do universo psíquico. Esses filósofos tenderão também a priorizar a investigação acerca da lógica da linguagem, isto é, da legalidade objetiva e racional que permeia toda a linguagem enunciativa que pretende dizer algo acerca do mundo. Se a linguagem é uma ferramenta adequada para enunciar verdades sobre o mundo, ela deve ter uma estrutura obediente a princípios capazes de representar a ordem do próprio mundo tido como objeto do discurso. Devo conhecer a lógica da linguagem para de compreender os mecanismos semânticos que possibilitam a conexão da linguagem com o mundo. O discurso torna-se, assim, discurso sobre o mundo e não sobre as ideias nas mentes dos sujeitos.

Podemos, pois, considerar que as duas posições apontadas acima constituem uma abordagem *lógica* e outra *psicológica* da linguagem. Uma busca entender a linguagem utilizada pelo ser humano real no mundo, na medida em que interage com seus semelhantes e exterioriza, na medida do possível, aquilo que pensa, o conteúdo de sua vida mental. A outra compreende a linguagem como algo que pode, de alguma forma, simular situações possíveis do mundo, simulações essas que devem poder ser comparadas com próprio mundo a fim de se verificar sua verdade ou falsidade.

Em linhas gerais, foram apresentados acima dois modelos que se entrecruzarão no decorrer do livro. Compreender a tensão e a disputa entre as abordagens lógica e psicológica da linguagem será um dos nossos principais objetivos. O próximo tema tratará prioritariamente da noção de sentido proposicional e adotará, claramente, uma perspectiva *lógico-veritativa*. Nos Temas seguintes a tensão entre os modelos lógico e psicológico aparecerá de forma bastante efetiva.

CAPÍTULO 2

SENTIDO PROPOSICIONAL

2.1. A proposição

Entre os inúmeros sentidos que podemos exprimir por meio da linguagem, uma classe deles tem uma característica peculiar que os tornam, por assim dizer, especiais. Alguns sentidos têm a capacidade de serem verdadeiros ou falsos, podem acomodar valores de verdade.

Consideremos as orações abaixo:

(a) Qual a distância entre o sol e a terra?

(b) Não se exponha ao sol sem proteção.

(c) Que calor!

(d) O sol não é uma estrela.

(e) O sol é fundamental para a vida na terra.

Analisando-as, podemos notar que duas delas possuem uma característica que as distingue das demais. Somente as orações (d) e (e) exprimem sentidos que podem ser verdadeiros ou falsos. No caso, (d) e falso e (e) verdadeiro.

As demais não exprimem conteúdos verificáveis, embora certamente tenham significado:

> (a) é uma pergunta e perguntas nunca são verdadeiras ou falsas, somente as respostas; as perguntas podem ser bem ou mal formuladas, pertinentes ou não, mas jamais possuir valores de verdade.

(b) é uma oração imperativa, há ali uma ordem, uma determinação acerca de como se comportar; o interlocutor pode ou não acatar o que foi sugerido, pedido ou ordenado, mas isso não significa que o enunciado possa ser considerado verdadeiro ou falso.

(c) é uma exclamação, embora sejamos tentados a considerar que há uma afirmação, ao menos implícita, ali. Temos, porém, que atentar para o fato de que o enunciado não é "está calor", pois este sim seria passível de verdade ou falsidade. O enunciado (c) possui uma característica diferente da mera afirmação acerca do clima ou da temperatura, o que é determinado pela função exercida pelo ponto de exclamação. O "que calor!" é equivalente a um "pôxa vida!" ou um "caramba!".

(d) e (e) são orações declarativas. Essas podem ser afirmativas ou negativas. Ou seja, umas buscam dizer como o mundo é ou como as coisas estão, e outras, ao contrário, dizem como o mundo não é ou como as coisas não estão. Somente essas podem ser ditas verdadeiras ou falsas. Portanto, somente essas interessarão, particularmente, à abordagem lógico-veritativa da linguagem. Se elas dizem que o mundo é como, de fato, é, ou se dizem que o mundo não é como, de fato, não é, serão verdadeiras. Ao contrário, se dizem que o mundo é como ele, de fato, não é, ou dizem que o mundo não é como ele, de fato, é, serão falsas.

De uma maneira ainda introdutória e imprecisa, podemos dizer, diante do exposto, que somente (d) e (c) expressam sentidos proposicionais. As proposições são os sentidos expressos pelas orações declarativas, pelas afirmações e negações. Somente elas podem, em sentido

estrito, ser verdadeiras ou falsas. A proposição é a única portadora legítima da verdade e da falsidade. Quaisquer outras coisas que dissermos ser verdadeiras ou falsas que não sejam proposições, somente o serão num sentido impróprio e impreciso da palavra. Ideias, argumentos, sonhos, objetos nunca são verdadeiros ou falsos, somente as proposições. Em suma: sentidos proposicionais são aqueles que podem ser ditos verdadeiros ou falsos.

2.2. Lógica e gramática

Alguns filósofos[1] ao longo da história atentaram para o fato de que a verdadeira lógica capaz de exprimir a correta legalidade da razão não pode estar, por assim dizer, contaminada por elementos de ordem gramaticais, tomados impropriamente emprestados da estrutura da linguagem natural. Ou seja, as estruturas lógico-formais do pensamento não seriam, de acordo com este ponto de vista, as mesmas estruturas sintáticas pertencentes à linguagem.

Tomemos um exemplo já mencionado no texto do Tema anterior:

(a) João ama Maria.

(b) Maria é amada por João.

O que temos quando são comparados os dois enunciados? Trata-se, claramente, de duas orações distintas:

[1] Leibniz foi talvez o primeiro filósofo que apontou para a necessidade de criar-se uma linguagem formal capaz de expressar pensamentos e não palavras. Foi Frege, porém, aquele que levou adiante de forma mais contundente a tarefa de criar uma linguagem conceitual precisa e isenta de ambiguidades formais. Ver *Dissertacion acerca del arte combinatorio*, Santiago, Ediciones Universidad Catolica del Chile, 1992.

uma tem três palavras, a outra tem cinco. Numa "João" é o sujeito gramatical, na outra é "Maria". O verbo está conjugado de forma diferente nos dois casos. Ou seja, do ponto de vista estritamente gramatical, no que diz respeito as estruturas formais da linguagem natural, tratam-se de duas orações certamente distintas. No entanto, desconsideradas essas diferenças de ordem gramatical ou estilística, pode-se notar que ambas dizem exatamente a mesma coisa, informam o mesmo fato. E isto é claro, pois facilmente notamos que as mesmas condições que tornarão uma verdadeira tornarão a outra verdadeira também. Ambas as orações exprimem o mesmo sentido, possuem as mesmas condições de verdade.

Outros exemplos típicos de mesmo conteúdo expressos de maneiras diferentes são os que envolvem proposições com quantificadores lógicos. O enunciado "Todo homem é mortal" diz exatamente a mesma coisa que "não existem homens que não sejam mortais", "nenhum homem não é mortal", "para todo x, se x é homem então x é mortal". São todas maneiras diferentes de se expressar o mesmo sentido, o mesmo conteúdo.

O que foi dito acima é fundamental para se compreender de forma correta o que é uma proposição: ela não é uma entidade linguística, mas uma entidade lógica; ela não é a oração declarativa, mas o sentido expresso pela oração declarativa. Quando dizemos que uma proposição é verdadeira não estamos atribuindo verdade à oração que enuncia o sentido, mas ao próprio sentido que é enunciado pela oração. Ou seja, nos exemplos acima temos orações distintas expressando uma única proposição. A linguagem natural e suas indeterminadas possibilidades estilísticas têm a peculiar característica de permitir que o mesmo seja dito de maneiras diferentes. Portanto, mesmas proposições podem, na linguagem natural, serem enunciadas de formas diferentes. Do ponto de vista gramatical, diferentes

estruturas sintáticas podem ter o mesmo conteúdo semântico.

2.3. Sintaxe e semântica

Quando falamos de qualquer linguagem ou estruturas simbólicas temos que diferenciar dois níveis elementares: a sintaxe e a semântica. De modo bem resumido, podemos dizer que a sintaxe está relacionada à forma e a semântica ao conteúdo. Comparando as duas orações do primeiro exemplo do Tema anterior ("João ama Maria" e "Maria é amada por João"), podemos então dizer que ambas, do ponto de vista gramatical, possuem diferentes estruturas sintáticas, mas o mesmo conteúdo semântico; ou seja, de forma diferente elas dizem o mesmo.

Da mesma foram, podemos conceber situações em que ocorre o inverso: estruturas sintáticas análogas exprimindo conteúdos semânticos distintos:

(c) se chover vou ao cinema

(d) se nevar vou ao teatro

São orações que claramente possuem uma estrutura formal análoga, uma mesma sintaxe que pode ser traduzida pela forma "se isto então aquilo". Em lógica formal, chamamos esses casos de enunciados condicionais. Entretanto, ao contrário do exemplo anterior, ambas dizem coisas diferentes, exprimem sentidos diferentes, possuem diferentes condições de verdade.

Se, como vimos a pouco, consideramos que a linguagem natural possui mecanismos estilísticos que tornam possível exprimir conteúdos idênticos de formas diferentes, somos levados a concluir a linguagem comum possui peculiaridades sintáticas próprias, que não é a mesma

sintaxe da lógica. Ter isso claro é um preceito metodológico importantíssimo, pois, muitas vezes, podemos ser enganados pelas sutilezas estilísticas típicas da linguagem natural ao não nos darmos conta da verdadeira estrutura lógica dos enunciados. Tomemos os seguintes enunciados:

(e) João e Maria são estudantes

(f) João e Maria são namorados.

Algo parece nos levar de forma tentadora a acreditar que ambos enunciados possuem a mesma estrutura sintática, diferindo em seus conteúdos semânticos. Parece que a única diferença existente entre os dois enunciados é aquela relativa aos significados das palavras "estudantes" e "namorados". Portanto, do ponto de vista sintático e formal, os enunciados seriam equivalentes; a diferença seria, portanto, de ordem eminentemente semântica.

No entanto, esta suposta similaridade formal entre os dois enunciados é apenas aparente, e está diretamente relacionada à maneira como, na linguagem natural, podemos construir os enunciados e expressar as proposições e seus sentidos. Porém, uma pequena análise lógica dos enunciados nos mostrará um quadro bastante diferente.

Comecemos com uma pergunta simples e elementar: quantas 'coisas' são afirmadas no enunciado (e) e quantas no (f)? Aqui a aparente similaridade sintática dos enunciados começa a cair por terra. Claramente, a proposição (e) afirma duas coisas, a saber, que João é estudante e que Maria é estudante. Trata-se, em lógica, de uma proposição molecular, uma proposição que na verdade é composta por duas proposições atômicas unidas pelo conectivo lógico "e", também chamado de conjunção. Em termos logicamente precisos, a proposição tem a forma "P ^ Q", ou seja "João é estudante e Maria é estudante". E de acordo com os ditames da lógica formal, a proposição como um todo

somente será verdadeira se ambas as proposições atômicas que a compõem também o forem: se, de fato, João for estudante e Maria for estudante. Se apenas um deles for estudante ou nenhum o for, a proposição será falsa.

O enunciado (f), por sua vez, não contém uma afirmação sobre João e outra sobre Maria, como o enunciado (e). Ao invés disso, afirma uma única coisa que envolve João e Maria. Estabelece uma relação entre ambos o que é muito diferente do que dizer que ambos possuem um mesmo predicado. O enunciado (f) não exprime uma proposição molecular. Não é um enunciado complexo composto por dois enunciados simples conectados, mas é um único enunciado. Em termos precisos, não se trata de dois enunciados predicativos, como no caso de (e), mas de um único enunciado relacional. Não afirma propriedade de objetos, mas uma relação entre objetos. "Namorado" é um termo relacional; sempre se é namorado de alguém. Portanto, qualquer proposição que enunciar a relação 'ser namorado de' sempre deverá possuir dois termos relacionados. Não de trata de duas proposições, cada qual com seu sujeito, como no enunciado (e), mas, pode-se dizer, de uma proposição com dois sujeitos.

Por conta de fenômenos como o que acabou de ser exposto e de outros muito mais complexos, importantes filósofos[2] passaram a adotar uma postura crítica com relação à linguagem. A linguagem natural é um terreno bastante propício a ambiguidades. E a filosofia, que trabalha exclusivamente com conceitos e, por isso mesmo, possui uma muito estreita relação com a linguagem, deve se preocupar

[2] Frege é considerado por muitos como o fundador da chamada filosofia analítica, que se estabelece, em linhas gerais, segundo o primado de o trabalho fundamental do saber filosófico é o da análise lógica da linguagem. Wittgenstein, Carnap, Moore, Ayer, entre outros, são expoentes desta escola filosófica.

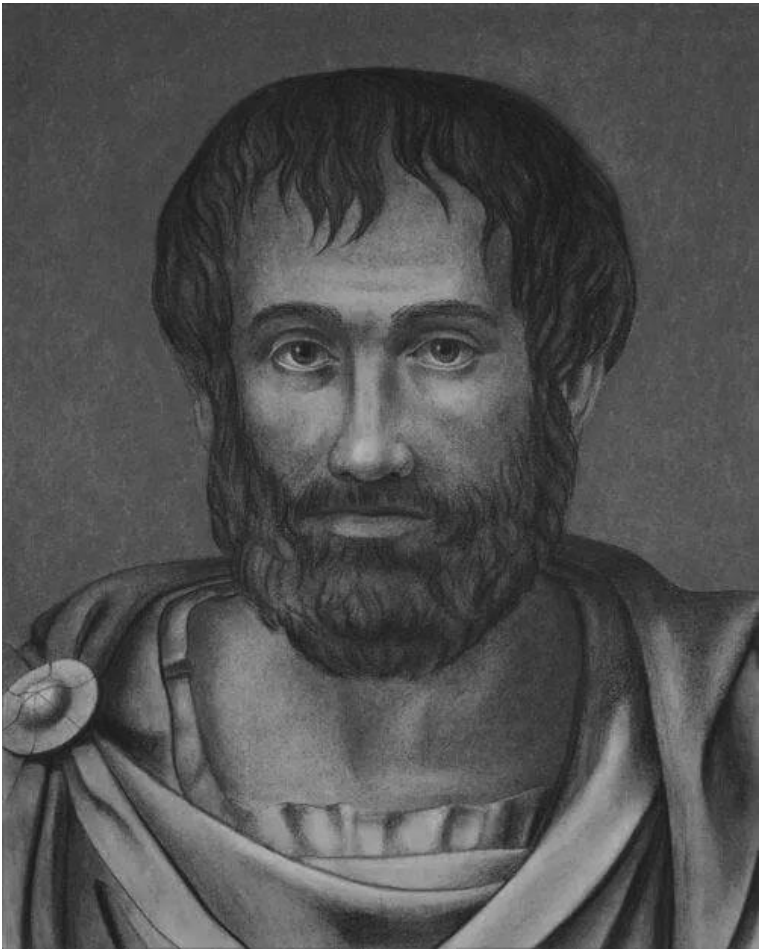
com a determinação da verdadeira estrutura lógica de seus próprios enunciados. É somente na linguagem que esses conceitos, os próprios objetos da filosofia, podem ser expressos, conhecidos e determinados. Por isso, um importante momento do saber filosófico deve consistir na filosofia enquanto instrumento de análise da linguagem. Se num exemplo tão banal quanto os mencionados acima, a linguagem natural quase nos pregou uma peça, nos complexos emaranhados conceituais do saber filosófico isso se torna ainda mais dramático. Uma pergunta metodológica importante que devemos fazer nesse sentido é: o que o enunciado efetivamente diz? Qual o sentido ou os sentidos efetivamente expressos por eles? Mais ainda: este enunciado de fato expressa algum sentido?

2.4. A estrutura formal da proposição

O primeiro filósofo a fornecer uma teoria sistemática da proposição foi Aristóteles[3]. Para ele, e para mais de 2000 anos de história da filosofia, a proposição possui a forma "S é P", e seus principais componentes são o termo sujeito e o termo predicado. Desta forma, a proposição é concebida como um conteúdo objetivo que afirma ou nega algo de algo. Se digo, por exemplo, "a casa é branca" estou a afirmando a brancura da casa; se digo que "cão não é manso" estou negando a mansidão do cão. Uma característica importante desta teoria da proposição é o fato dela ser

[3] Platão antes de Aristóteles, já havia apontado para o problema proposicional e esboçado uma teoria da proposição no Sofista. No entanto, do ponto de vista estritamente formal, as passagens platônicas são ainda esboços muito rudimentares daquilo que Aristóteles apresentará no seu *Organon* sobre a estrutura da proposição.

análoga à estrutura gramatical, que também se estabelece sob a forma sujeito/predicado.



Aristóteles

Há uma pressuposição de ordem ontológica sustentando esta estrutura sintática proposicional: a concepção de que o mundo é composto por substâncias e que estas substâncias possuem atributos, propriedades. Neste sentido, nada parece mais apropriado para expressar verdades acerca do mundo do que um mecanismo lógico-formal

apto a expressar propriedades de substâncias, e a estrutura sujeito/predicado é certamente muito adequada para isso.

A filosofia aristotélica deixou, ademais, um muito eficaz esquema de classificação e ordenação do mundo, baseado nas categorias de gêneros e espécies[4]. Este esquema é tão poderoso que até hoje muitas ciências ainda o utilizam para catalogar suas descobertas. A classificação por gêneros e espécies obedece a estrutura que divide o mundo em classes e subclasses. Assim, por exemplo, animal é um gênero do qual homem, cavalo e lagartixa são espécies; ou, primata é um gênero do qual homem, chimpanzés e babuínos são espécies. De maneira formal, pode-se dizer que o gênero é uma classe que inclui várias outras subclasses dentre dela e a espécie é uma dessas subclasses contidas dentro do gênero. De modo geral, o esquema gênero/espécie é muito útil para um tipo conhecimento do mundo baseado no primado classificação, ou seja, da compartimentação do mundo em classes e subclasses. A partir desta relação existente entre as diversas classes e subclasses será baseada e fundamentada também a silogística aristotélica, a teoria da inferência que será o coração da lógica durante mais de 2000 anos história. As inferências silogísticas são todas baseadas nas relações de inclusão ou exclusão de classes em outras classes, classes essas representadas no silogismo pelo termo sujeito, termo predicado e termo médio.

Para este procedimento classificatório, como é possível notar, o esquema proposicional baseado nas categorias de sujeito e predicado parece muito eficaz. Será,

[4] Segundo a tradição aristotélica, existem cinco predicáveis ou modos gerais de atribuição: gênero, espécie, diferença, próprio e acidente. O gênero é a parte da essência que é comum a várias espécies e a espécie representa a essência do ser. Ver *Organon* (Parte I) 2a11–19 e 2a19–27.

porém, necessário introduzir outro elemento de ordem formal na estrutura proposicional: o quantificador. No esquema formal proposto pela lógica aristotélica, os quantificadores são expressos pelos termos "todo" e "algum"; "nenhum" também é utilizado como quantificador, mas ele nada mais é do que a negação do "todo"; ou seja: "todo não é" equivale a dizer "nenhum é".

De posse dos termos sujeito e predicado, dos quantificadores e da cópula (a partícula que une o sujeito e o predicado e que determina se a proposição é afirmativa ou negativa: "é" e "não é"), a proposição torna-se um poderoso instrumento para estabelecer a classificação do mundo a partir das categorias de gênero e espécie e para estabelecer as inferências silogísticas.[5] Isso porque, podemos criar quatro formas proposicionais básicas, chamadas de proposições categóricas, capazes de abarcar todos os casos possíveis de classificação e de relação ente classes e subclasses; essas formas proposicionais receberam os nomes A, E, I e O:

> A - Todo A é B: é uma proposição universal afirmativa; afirma que a classe denotada pelo termo A está totalmente contida na classe denotada pelo termo B. Por exemplo, quando afirmamos que "todo homem é mortal" estamos dizendo que a classe dos homens está totalmente contida na classe dos mortais.
>
> E – Nenhum A é B: é uma proposição universal negativa; afirma que a nenhum elemento da classe denotada pelo termo A está faz parte da classe denotada por B. Por exemplo: "nenhum homem é abacaxi" afirma que não existe nenhum elemento que pertença à classe dos homens e dos abacaxis, ou

[5] Ver ARISTÓTELES: *Organon* (Parte 2) 17a25–17b16.

seja, que a classe dos homens está totalmente excluída da classe dos abacaxis.

I – Algum A é B; é a forma de uma proposição singular afirmativa. Ela afirma uma inclusão de classe, no entanto, ao contrário da universal afirmativa, o quantificador algum indica que esta inclusão é apenas parcial e não total. Dizemos, pois, que a classe denotada por A está parcialmente contida na classe denotada por B.

O – Algum A não é B, é uma proposição singular negativa. Afirma uma exclusão parcial, a classe denotada por A está parcialmente excluída da classe denotada por B.

Podemos notar, a partir dos exemplos acima, que a estrutura proposicional baseada nas categorias de sujeito e predicado é muito eficaz para atribuir propriedades a objetos e para estabelecer relações de pertinência ou não pertinência de objetos a classes e de subclasses a classes. Com o auxílio da cópula (que determina se a proposição expressa uma inclusão ou exclusão) e dos quantificadores, que diz se inclusão ou exclusão é parcial ou total, parece que os casos previstos acerca do que pode ser expresso verdadeiramente pela linguagem estão todos contemplados.

No entanto, apenas parece. É certo e não há como negar, que, de fato, as coisas possuem atributos e que expressar esses atributos acerca das coisas é uma função à qual a proposição deve estar apta. É certo também que a posse de atributos específicos é capaz de subdividir o mundo em classes. Se algo possui um determinado atributo, então faz sentido dizer que este algo pertence à classe das coisas que possuem aquele atributo. Se a grama é verde, ela pertence à classe das coisas verdes; se toda grama é verde, então a classe das coisas que são

consideradas grama está totalmente contida na classe das coisas verdes. Elementar!

No entanto, as coisas do mundo, além de possuírem propriedades, estão também umas para as outras, elas também se relacionam. É claro que o carro pode ser amarelo, grande, espaçoso, luxuoso, etc. etc., mas ele também pode estar ao lado de outro carro, dentro da garagem, em cima da calçada, pode ser mais velho que outro carro, maior que um outro ainda; ele pode estar à direita ou à esquerda da árvore, em cima ou embaixo do viaduto… Enfim, além de ser capaz de afirmar as propriedades que as coisas possuem, a proposição também deve estar apta a expressar as relações que os objetos do mundo mantém uns para com os outros. E aqui, a ineficácia da estrutura sintática baseada nas categorias de sujeito e predicado começa a se apresentar. Tomemos o seguinte exemplo:

(g) João é irmão de Maria.

"Ser irmão" é uma relação 'simétrica', ou seja, a relação vale num sentido e no outro. Neste caso, podemos dizer também

(h) Maria é irmã de João.

Ambos enunciados expressam o mesmo sentido. Fica, pois a pergunta: qual é sujeito da proposição e qual é o predicado? Do ponto de vista gramatical, é óbvio que no primeiro exemplo o sujeito é "João" e no segundo é "Maria". Mas, conforme foi dito, as proposições dizem o mesmo, expressam o mesmo sentido. Como é possível então que orações que tenham sujeitos e predicados distintos signifiquem o mesmo? A resposta é inevitável: "João" e "Maria", em cada caso, são os sujeitos gramaticais da oração e não os sujeitos lógicos da proposição. Do ponto de vista lógico, "João é irmão de Maria" não expressa uma propriedade de João, de Maria ou de ambos. Ao contrário,

expressa uma relação entre eles. Trata-se de um caso no qual, em certo sentido, pode-se dizer que a proposição tem dois sujeitos, porque a relação 'ser irmão' exige que haja um elemento de cada lado. Não temos, como seria natural pensar se seguíssemos o esquema sujeito/predicado, 'João' como sujeito e 'ser irmão de Maria' como predicado, conforme nos ensinaria a professora de gramática; temos a relação 'ser irmão'; "João" e "Maria" são seus termos.

Não vamos adentrar nos mecanismos formais da lógica para estabelecermos de modo formalmente preciso as estruturas da sintaxe lógica em oposição à sintaxe gramatical, pois exigiria um curso só para isso. O importante é sabermos que existe uma distinção que deve ser obedecida entre a estrutura gramatical e a estrutura lógica.

O filósofo que melhor apontou os problemas da sintaxe gramatical e foi responsável pela reformulação dos mecanismos sintáticos da lógica foi Gottlob Frege[6]. De acordo com Frege, a sintaxe lógica da proposição é baseada nas categorias de conceito e objeto, não sujeito e predicado. Um conceito, Para Frege, é uma entidade insaturada, que possui um espaço vazio que precisa ser preenchido para formar uma proposição e adquirir significado. Por exemplo: "__ é irmão de __", é um conceito. "João" e "Maria" são os objetos. "João" e "Maria" preenchem o conceito em nosso exemplo acima, produzindo a proposição "João é irmão de Maria". Da mesma forma, num enunciado predicativo, "___ é filósofo" é o conceito; "Sócrates" é o objeto; quando Sócrates assume o lugar vazio existente no

[6] Gottlob Frege (1848-1925) foi um filósofo e matemático alemão. Considerado o fundador da lógica matemática contemporânea, Frege foi também um dos importantes filósofos da linguagem da história do pensamento. Voltaremos a ele no capítulo 4.

conceito, teremos a proposição com sentido "Sócrates é filósofo".

Também problemas referentes ao papel dos quantificadores na estrutura formal da proposição serão resolvidos de forma bastante eficaz pela sintaxe proposicional proposta por Frege. Enunciados que possuem quantificação múltipla, onde não só o sujeito, mas também o predicado são quantificados (por exemplo, "todo homem ama alguma mulher"), que eram problemáticos e recebiam explicações muito insatisfatórias e artificiosas dentro do esquema aristotélico, passam a ser explicados cabalmente com o novo instrumental fregeano. Com isso, a lógica, que de acordo com Kant[7] já estava pronta e acabada desde Aristóteles, será fundada novamente por Frege e se mostrará uma ciência com ainda muito a evoluir.

Estas questões, entretanto, infelizmente não cabem no conteúdo deste livro e estão sendo apenas mencionadas. Sobre os aspectos lógico-formais da revolução operada por Frege na lógica não falaremos mais. De algumas implicações semânticas disso, falaremos no capítulo 4. Porém, apesar de não nos aprofundarmos nisso, é importante atentar para o fato de que a estrutura formal do pensamento e as estrutura formal da linguagem e da gramática não são propriamente equivalentes, e isso Frege nos ensinou melhor que ninguém. Foi um erro lógico e filosófico milenar acreditar ser possível analisar e decompor as proposições, os

[7] Kant, no prefácio da *Crítica da Razão Pura*, ao falar sobre o que ele chama de 'via segura da ciência', aponta para o fato de que a lógica, embora com validade necessária e universal, como exige o conceito kantiano de ciência, não era propriamente uma ciência por já estar pronta e acabada, por não 'evoluir', progredir e avançar. Conhecimento científico, para Kant, é conhecimento que se acumula, e a Lógica, por estar pronta e acabada, não obedecia este critério. Frege se encarregou de refutar esta posição kantiana e demonstrou que a lógica sim pode se 'expandir'.

sentidos expressos pelos enunciados afirmativos ou negativos, utilizando o instrumental analítico da gramática. Ao contrário, a trabalho de análise lógica da linguagem deve servir para desvelar o sentido preciso das proposições, algumas vezes encobertos pelas sutilezas estilísticas da linguagem natural.

CAPÍTULO 3

FILOSOFIA DA LINGUAGEM NO EMPIRISMO BRITÂNICO: LOCKE E MILL

3.1. Supostos históricos

A filosofia moderna[8] foi fortemente marcada pelo idealismo. Vários filósofos modernos, racionalistas ou empiristas, continentais ou insulares, compartilhavam, em linhas gerais, uma mesma tese de natureza epistemológica: não temos acesso cognitivo direto às coisas do mundo, mas conhecemos somente seus representantes, ou seja, as ideias que somos capazes de formar acerca dessas coisas[9]. Há, dentro do contexto filosófico moderno, uma suposição que dá sustentação à tese idealista; nossa consciência, dadas sua estrutura e natureza, não pode ter as coisas mesmas do universo físico como objetos cognitivos, uma vez que essas coisas não 'cabem' na consciência. A consciência tem uma estrutura tal e uma natureza tal, que pedras, madeiras, metais, corpos vivos, etc. não podem 'entrar' dentro dela. Embora eu veja um caderno, eu segure um lápis ou uma borracha, o acesso cognitivo que tenho a esses objetos se dá pela posse de 'representantes' ideais desses objetos, ou seja, as ideias dos objetos, estas sim aptas a 'habitar' o universo cognitivo de um sujeito. No mundo físico habitam

---

[8] A história da filosofia é comumente em quatro grandes períodos: filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Por filosofia moderna entende-se, pois, a período de cerca de dois séculos e meio que abrange sobretudo os séculos XVII e XVII.

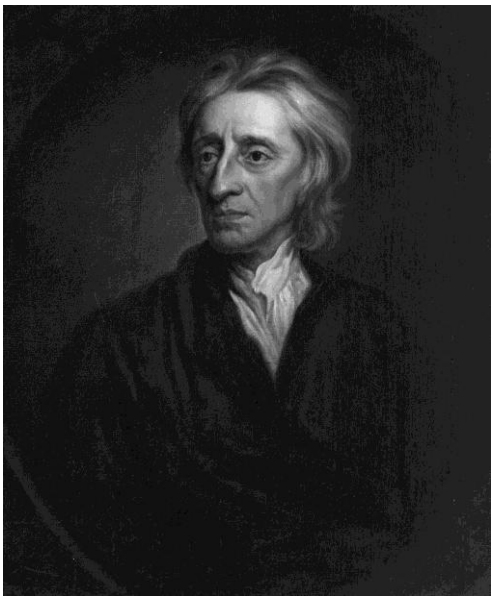
[9] Na modernidade, de Descartes até Kant, praticamente todos os filósofos aceitavam a teoria epistemológica de que o acesso cognitivo que temos às coisas do mundo se dá por intermédio de entidades de ordem subjetiva que, pode-se dizer, representam as coisas do mundo. Ou seja, são idealistas.

objetos físicos, no mundo psíquico da consciência somente pode haver objetos psíquicos, ou seja, ideias.

O chamado empirismo inglês moderno fundamenta-se claramente na tese idealista, mantendo que os únicos objetos que somos capazes de 'portar' em nossas mentes são ideias, e que essas são obtidas exclusivamente a partir da experiência sensível. É muito famosa a analogia proposta por Locke que compara nossa mente a uma tábua rasa, a uma folha de papel em branco na qual as ideias se imprimem na medida em que temos experiências empíricas[10]. Aliás, o cerne da disputa existente na modernidade entre racionalistas e empiristas diz respeito justamente à pergunta acerca da natureza e origem de nossas ideias. Os racionalistas defendendo a existência de ideias inatas (isto é, não adquiridas) e os empiristas mantendo que todas nossas ideias são obtidas por meio da experiência.

A filosofia moderna de origem britânica será fortemente marcada pelo primado idealista, e isso irá refletir diretamente nas teorias acerca da linguagem que serão produzidas pelos filósofos anglo-saxões. Além do apego ao primado idealista, a filosofia inglesa nutriu também um interesse particular pela linguagem.

[10] Locke dedica os dois primeiros livros de sua grande obra *Ensaio acerca do entendimento humano* à consideração das ideias. No livro I o autor defende a inexistência de ideias inatas, tese fundamental do empirismo. No Livro II descrê minuciosamente os processos de aquisição de ideias simples por meio da experiência e 'processamento' dessas ideias simples na produção de ideias complexas



John Locke

Já na idade média, o filósofo britânico Guilherme de Ockham e seu nominalismo, apontava de forma sistemática para a importância das reflexões filosóficas acerca da linguagem e, de certa forma, colocava o problema de se elaborar uma teoria do significado como elemento capaz de dar sustentação teórica e sistemática para toda filosofia. Ockham foi, por assim dizer, o inaugurador daquilo que se acostumou chamar de filosofia britânica. Sua famosa 'navalha', que buscava 'cortar' das considerações ontológicas todas as supostas entidades que não fossem coisas individuais, foi a pedra de toque da filosofia britânica posterior, que, em geral, defendia que somente existiam coisas individuais no mundo, negando, assim, a existência dos universais. Finca-se, com isso, uma das bases da filosofia empirista tipicamente britânica, uma vez que a experiência somente pode nos dar acesso a coisas individuais e jamais a entidades gerais.

A existência ou não dos universais foi o centro da já mencionada polêmica entre realismo e nominalismo, tão importante na filosofia medieval. A pergunta que move a disputa tal disputa é aquela com relação ao estatuto dos universais, ou seja, das supostas naturezas gerais comuns a várias coisas individuais. Como foi visto anteriormente, a proposição, de acordo com a estrutura formal aristotélica, é composta pelos termos sujeito e predicado. E esses termos, conforme foi visto também, têm o poder de estabelecer, na proposição, relações entre classes. Ou seja: dizer "todo homem é mortal" significa dizer, no universo da sintaxe lógica aristotélica, que a classe dos homens está totalmente contida na classe dos mortais. Ora, parece inevitável para o filósofo, dentro deste contexto, perguntar pela da natureza dessas classes, desses supostos objetos universais. A resposta realista dirá que as classes têm existência e são reais, ao passo que os nominalistas, como Ockham[11], dirão que somente existem coisas individuais no mundo, e que a única coisa que os objetos pertencentes a uma mesma classe têm em comum é o nome geral comum que atribuímos a eles. Parece, pois, natural, mesmo dito assim de forma tão genérica e superficial, que o nominalismo dirigirá a filosofia na direção da linguagem e da natureza do processo de significação, pois estará nos nomes os elementos capazes de explicar o fenômeno da generalização.

Idealismo, nominalismo, unitarismo ontológico, empirismo e interesse pela linguagem; eis as bases de sustentação da filosofia inglesa que emergiu na modernidade.

[11] Guilherme de Ockham (1225-1349) foi um teólogo e filósofo inglês. Muitos o consideram o 'fundador' da filosofia britânica, baseada no empirismo, no nominalismo e, consequentemente, num grande apreço pela linguagem.

3.2. O conceitualismo de Locke

Além das características mencionadas logo acima, também o contratualismo foi uma característica marcante da filosofia britânica moderna. Tanto Hobbes[12], quanto Locke[13], cada qual à sua maneira, defenderão que o processo civilizatório pode se dar por conta de um acordo, de um pacto, de um contrato estipulado pelos homens, o que também leva necessariamente a uma valorização sistemática do fenômeno da linguagem no conjunto das atividades humanas, uma vez que somente por meio da linguagem esses acordos podem ser fixados e estabelecidos. Tal estado de coisas acabou por impor aos filósofos mencionados a necessidade de se criar uma teoria formal do significado baseada na mediação de elementos de natureza psíquica para que possa se dar o processo significativo. À tese que afirma que o significado se dá pela mediação de entidades psíquicas damos o nome de conceitualismo ou psicologismo semântico.

Embora Thomas Hobbes[14] tenha, antes de Locke, esboçado uma muito interessante teoria do signo e uma

[12] Thomas Hobbes (1588-1679) foi um importante filósofo, matemático e linguista moderno. Seu pensamento influenciou decisivamente a filosofia britânica na modernidade.

[13] John Locke (1632-1704) foi o mais importante e influente filósofo da modernidade britânica. Seu Ensaio acerca do entendimento humano influenciou todo pensamento moderno, empirista ou não (tanto que o racionalista Leibniz escreveu seus *Novos ensaios* como uma resposta a livro de Locke). O Livro III do *Ensaio*, *Sobre as palavras*, é considerado o primeiro tratado de semântica moderno

[14] Embora possua uma concepção de signo bastante diferente da de Locke, Hobbes defende, em linhas gerais, um modelo semântico que será mantido por e aperfeiçoado por Locke, baseado na relação imediata entre signos e ideias: "*Um nome é uma palavra tomada ao acaso para suscitar em nosso espírito um*

teoria psicológica do significado, o primeiro grande modelo de teoria psicológica da linguagem que temos na modernidade é o Livro III do Ensaio acerca do entendimento humano de John Locke. Ali, pela primeira vez na modernidade, temos um livro inteiro dedicado ao processo de significação linguística. Este, de acordo com Locke, é determinado pela mediação realizada pelas ideias no estabelecimento da relação que deve haver entre o signo e o mundo, entre as palavras e as coisas. Somente de forma indireta e mediata as palavras, em algum sentido, referem-se às coisas; somente na medida em que supomos que nossas ideias representam coisas 'reais'. De forma direta e imediata, no entanto, as palavras são signos de nossas ideias, refere-se ao universo psíquico e não às coisas mesmas. O argumento lockeano é bastante plausível: segundo ele, a necessidade que temos de entrar em acordo, de nos entendermos, leva a necessidade de se criar signos sensíveis capazes de comunicar nossos pensamentos, nossas ideias. Se fôssemos dotados de alguma faculdade que possibilitasse o acesso direto e imediato às ideias nas mentes de outros homens, não seria necessária a linguagem. Como, porém, de acordo com os pressupostos empiristas de Locke, somente podemos conhecer aquilo que se apresenta diretamente a um de nossos cinco sentidos, e esse não é o caso das entidades psíquicas que ele chama de ideia, faz-se necessária a utilização de signos sensíveis para externar essas ideias. Sendo assim, nada mais apropriado do que a utilização dos sons articulados que somos capazes de emitir como signos (isto é, substitutos) das ideias. Se o mundo somente pode ser conhecido indiretamente, por intermédio da ideia[15], essas

pensamento semelhante a algum outro pensamento que tivemos antes e que, sendo formulado ante os demais homens, é para eles um signo do pensamento que havia no espírito do interlocutor antes de falar". HOBBES: *Cálculo ou lógica*, capítulo II.

[15] Esta tese foi devidamente estabelecida por Locke no Livro II do *Ensaio*, no qual o autor trata da origem de nossas ideias.

ideias por sua vez, somente podem ser comunicadas indiretamente, por intermédio das palavras. Locke nos diz:

> *Ainda que o homem tenha uma grande variedade de pensamentos, dos quais, tanto os outros como ele mesmo devem receber proveito e prazer, todos eles, entretanto, estão no interior de si mesmo, invisíveis e escondidos dos outros, e não podem se manifestar por si mesmos. Como o bem-estar e a vantagem da sociedade não são realizáveis sem a comunicação de pensamentos, foi necessário ao homem desvendar certos sinais sensíveis externos, por meio dos quais estas ideias invisíveis, dos quais seus pensamentos são formados, pudessem ser conhecidas por outros.* [16]

A principal consequência que a tese de Locke traz para nossos propósitos é o fato de que a relação semântica que deve haver entre as palavras e as coisas do mundo se dá por meio da mediação de entidades psíquicas, pois só essas são diretamente denotadas pela linguagem, que é um "veículo do pensamento". Sendo assim, podemos afirmar que em Locke há uma semântica psicológica ou, mais que isso, que a semântica se reduz à psicologia. Se queremos estudar e explicar os mecanismos que fazem com que, a partir de um signo dado, podemos identificar um objeto supostamente real como sua referência, devemos lançar mão de categorias de ordem psicológica e subjetiva. Não existem aqui categorias conceituais de ordem propriamente linguística ou semântica. Nisso consiste o que estamos chamando de psicologismo semântico: a semântica se reduz, em última instância, à psicologia.

Dentro desde modelo, a questão referente à unidade do sentido proposicional se coloca também em

[16] LOCKE (1991). *Ensaio acerca do entendimento humano*, Livro III. Cap. 2

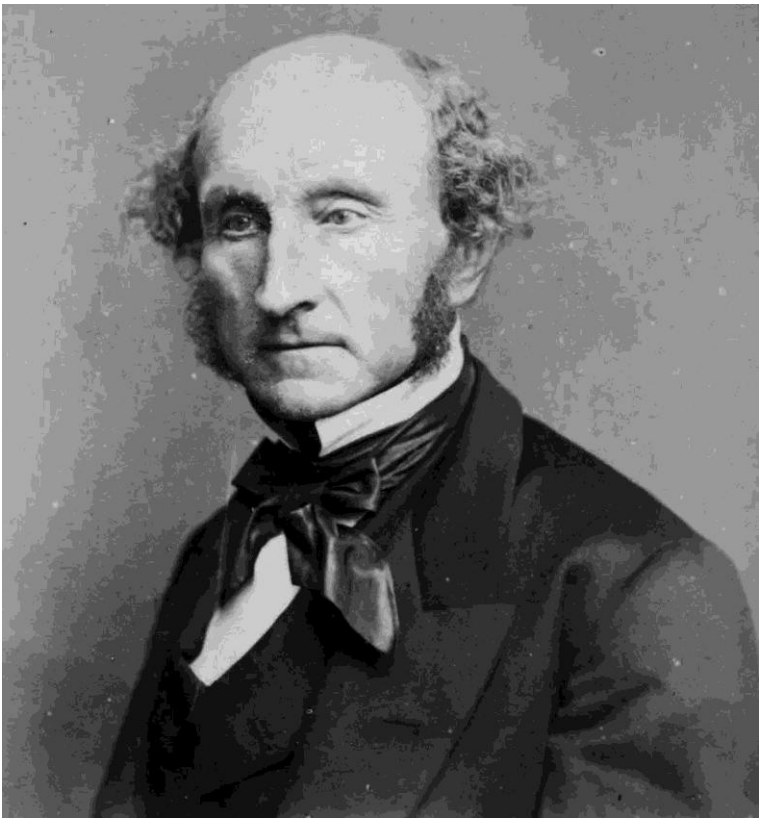
termos psicológicos. Se a proposição é entendida como contendo as categorias formais de sujeito e predicado, a proposição será aqui entendida como uma ideia complexa resultante da união de duas ideias, a saber, as ideias representadas pelo termo sujeito e pelo termo predicado. Assim, a verdade e falsidade serão atributos de ideias. Por conta desta situação, o psicologismo semântico, levado às últimas consequências, imporá o que chamamos de psicologismo lógico. Psicologismo lógico é usualmente definido como sendo a posição que defende que as leis da lógica são leis psicológicas do pensamento e não leis objetivas que refletem uma legalidade racional independente das mentes que pensam efetivamente. Se a lógica busca esta belecer as relações de derivação de verdades a partir das proposições dadas, e se a proposição é entendida como algo que relaciona duas ideias (as ideias representadas pelo termo sujeito e pelo termo predicado), parece natural afirmar que as leis da lógica estabelecem, em última análise, relações entre ideias. A lógica seria, assim, uma parte da psicologia, um capítulo da ciência da subjetividade mental, e não uma disciplina racional e objetiva que exprime a legalidade do pensamento em geral, da própria racionalidade.

Diante do que foi exposto aqui, podemos dizer que o pensamento semântico de Locke é um grande modelo e exemplo daquilo que no Tema 1 chamamos de abordagem psicológica da linguagem, a linguagem entendida como instrumento para comunicação de ideias. Veremos, seguir uma crítica importante a este modelo semântico.

3.3. Mill e a refutação do conceitualismo

Durante cerca de dois séculos após a publicação do *Ensaio* de Locke, imperou em parte da filosofia a tendência a reduzir a lógica e a semântica à psicologia. No entanto, isto trouxe muitos problemas. Submeter as supostas leis

objetivas da razão à contingência das reflexões psicológicas traz consequências que alguns filósofos não estavam dispostos a assumir. O grande anti-psicologista que conhecemos é Frege, que dedicou quase toda sua vida intelectual à tarefa de estabelecer as bases e fundamentos racionais da ciência da lógica e uma teoria do significa compatível com ela. No entanto, antes do alemão Frege, o inglês Stuart Mill havia já dedicado esforços no sentido de romper com o idealismo subjetivista no qual a filosofia estava atolada havia mais de dois séculos, e isso se manifestou de forma contundente em sua teoria do significado.



John Stuart Mill

Vejamos, em linhas gerais, os principais argumentos da crítica milliana ao conceitualismo.

A tese conceitualista de que os nomes se referem às ideias e não às coisas mesmas, num certo sentido, é uma consequência quase que necessária de outra tese que lhe é logicamente e sistematicamente anterior: de que usamos a linguagem para comunicar nossos pensamentos. Nesse sentido, a semântica seria, por um lado, reduzida à psicologia, pois a relação entre os nomes e o suposto mundo real (de acordo com Locke as coisas reais às quais nossas ideias se referem somente são afirmadas por meio de uma suposição tácita) se explicaria, em última instância, por meio de causas psicológicas, que determinam a maneira como adquirimos nossas ideias a partir da experiência empírica. Mas, por outro lado, a semântica também se reduz à pragmática, uma vez que é o uso que fazemos da linguagem (transmitir pensamentos) quem impõe a necessidade de uma semântica psicológica. Ora, de acordo com essa situação, claro deve estar que, para refutar a tese conceitualista de que os nomes se referem às ideias, será necessário refutar a tese que dá suporte e fundamento a esse conceitualismo, ou seja, dado que a tese semântica de que os nomes significam imediatamente ideias supõe a tese pragmática de que a linguagem é usada para transmitir pensamentos, somente será possível mexer na primeira se a segunda também for alterada. Stuart Mill fará justamente isso. Em seu Sistema de lógica, contra a tese conceitualista, ele nos diz:

> *Se isto (a tese conceitualista) quisesse dizer simplesmente que a concepção só, e não a coisa mesma, é recordada e transmitida pelo nome, não haveria nada a se opor. No entanto, parece razoável seguir o uso comum dizendo que a palavra Sol é o nome do Sol e não de nossa ideia de Sol. Com efeito: os nomes não estão destinados somente a fazer conceber aos*

> *outros aquilo que concebemos, mas também para informar o que nós cremos.*[17]

E, um pouco antes, ao tratar das proposições em geral Mill afirma:

> *Tudo o que pode ser objeto de crença e não crença deve ser expresso por palavras e assumir a forma de uma proposição.*[18]

O trecho acima, de acordo com os nossos interesses específicos, é, sem dúvida, uma das principais passagens do Sistema de lógica. Isso, porque é aqui que Mill estabelece as bases a partir das quais se sustenta seu anticonceitualismo. Como é possível notar, Mill nega que os nomes tenham ideias como seus referentes imediatos, mencionando o fato de que não usamos a linguagem simplesmente para comunicar aos nossos interlocutores o conteúdo de nossas representações subjetivas, aquilo que concebemos em nosso universo psicológico. Certamente, quando enuncio uma proposição na qual figura o termo "sol" devo ter em mente uma ideia do sol; mas isso não deve significar que é sobre a ideia de sol que o discurso proposicional se refere. Isso porque o sol, embora figure enquanto ideia no intelecto de quem enuncia tal proposição, é reivindicado com integrante de um fato objetivo do mundo, e é sobre esse fato objetivo que a proposição deve estar referida. Certamente, de acordo com o ponto de vista milliano, devo pensar no sol para enunciar uma proposição na qual a palavra "sol" apareça, mas nem por isso devemos daí inferir que é sobre a ideia de sol que o discurso proposicional se refere. É porque a palavra "sol" se apresenta enquanto parte de um conteúdo proposicional que busca representar um fato do mundo, que ela não pode ter por

[17] Mill (1979). *Sistema de Lógica indutiva e dedutiva*, livro I, capítulo 2, parágrafo 1.
[18] *idem*. Livro I, capítulo 1, parágrafo 2

referência a ideia de sol na mente de quem fala. Isso porque, de acordo com o ponto de vista de Mill, utilizamos a linguagem para falar do mundo, para enunciar aquilo que julgamos verdadeiro sobre o mundo, o conteúdo de nossas crenças, enfim, emitimos juízos. Se a linguagem de fato servisse somente para comunicar aos outros aquilo em que estamos pensando, ou seja, as ideias que estamos tendo atualmente, o conceitualismo teria razão; penso num cachorro e pronuncio a palavra "cachorro"; certamente, meu interlocutor saberá, ao me ouvir, que penso num cachorro e, nesse caso, torna-se óbvio que o significado imediato de palavra "cachorro", tal como foi proferida, somente pode significar a ideia de cachorro na minha mente no ato da enunciação. Neste caso, cairíamos, no problema enunciado nas primeiras linhas do capítulo 1. No entanto, quando utilizo a palavra "cachorro" para expressar uma crença num fato do mundo no qual o cachorro participa, a palavra cachorro terá um outro significado, e isso graças ao fato de estar inserida num "contexto proposicional"; e aí se torna insustentável a tese de que o significado do termo é meramente uma ideia na mente de quem fala. Certamente devo estar pensando num cachorro e devo ser capaz de ter uma ideia de cachorro para que eu possa enunciar uma proposição no qual o termo "cachorro" aparece. No entanto, se aceitarmos, com Mill, que não usamos a linguagem para comunicar o conteúdo dos nossos pensamentos (que em termos lockeanos é sinônimo de comunicar ideias), mas que a função prioritária da linguagem está ligada à enunciação proposicional, que a função da linguagem não é comunicar o que concebemos em nossas mentes na forma de imagens mentais, mas sim as nossas crenças em verdades, então a representação subjetiva deixa de ser relevante, embora esteja suposta. Ora, qual é a importância de tal argumento para nossos propósitos? Salientar que Mill notou a necessidade de se priorizar a noção de verdade numa teoria semântica. Ele não deixa, certamente, de fornecer à sua

teoria uma dimensão pragmática: a linguagem possui uma função, um uso. No entanto, não usamos a linguagem simplesmente comunicar aos outros o conteúdo atual de nossas representações, mas para comunicar o 'objeto de nossas crenças'. E, embora a crença em si mesma seja um estado de consciência - e, por isso mesmo, uma manifestação subjetiva - quando cremos, cremos em algo, e esse algo é algo objetivo. A verdade, ao contrário do que dizia Locke, não se refere às nossas ideias, mas a fatos objetivos do mundo. Esse foi o principal movimento realizado por Mill no que tange aos problemas que nos interessam particularmente: delegar à linguagem uma roupagem lógica-veritativa em oposição à visão psico-sociológica21 presente no modelo hobbes-lockeano. Naquele modelo, a teoria da linguagem tem por objetivo sua fundamentação enquanto instrumento necessário para o estabelecimento do contrato social; por isso supõe que sua função é comunicar pensamentos, pois só 'trocando ideias' (literalmente), os indivíduos podem estabelecer os acordos necessários ao mútuo convívio. Aqui, no universo de Stuart Mill, a linguagem é fundamentada enquanto discurso proposicional, enquanto instrumento necessário à enunciação de verdades. Não é ocioso lembrar o quanto essa mudança de ponto de vista com relação à natureza e função pragmática da linguagem foi determinante para muitas das discussões que serão empreendidas por filósofos como Frege, Russell, Moore ou Wittgenstein, para citar somente os mais importantes.

3.4. Teoria da conotação

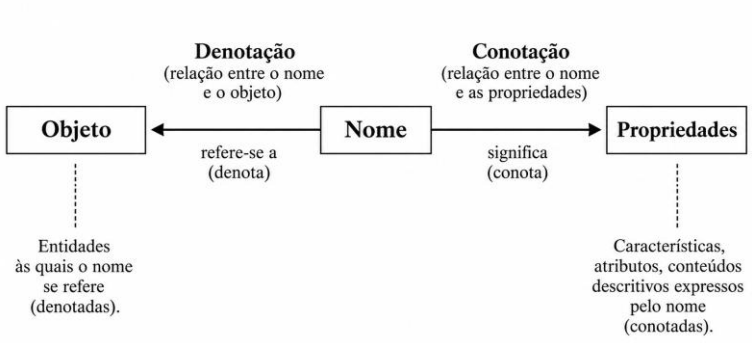
Como foi dito a pouco, dentro do esquema conceitualista e psicologista, a relação entre as palavras e os supostos objetos do mundo se dá pela mediação de elementos de ordem subjetiva, as ideias. Ora, se este psicologismo semântico deve ser refutado e abandonado, como quer

Mill, fica uma questão em aberto: o que, dentro do novo esquema objetivista e realista, cumprirá o papel exercido anteriormente pelas entidades psíquicas? Ou seja: se a mediação entre os signos e as coisas era explicada pelo papel exercido pela ideia, se negamos que a ideia executa este papel, o que é, então, responsável pela mediação signo/coisa? Se tirarmos a psicologia de cena, outras categorias devem assumir o papel que era delegado às instâncias subjetivas, e essas categorias devem ser de ordem semântica se quisermos estabelecer uma teoria realista e objetiva do significado.

O próprio Stuart Mill, à sua maneira, resolveu esta questão. Fez isso introduzindo categorias semânticas como responsáveis pela relação de significação existente entre os nomes e as coisas. Em seu sistema, é a categoria da conotação aquela capaz de estabelecer a relação semântica primordial. De acordo com Mill, os nomes[19] não significam propriamente aquilo a que se referem, mas significam determinadas propriedades que conotam. E a posse dessas propriedades por parte dos objetos do mundo fará com esses sejam denotados pelo nome. Denotação é a relação semântica que mantém o nome com a coisa que nomeia; mas isso, para Mill, não é propriamente o significado da palavra. A conotação é a relação semântica que o nome mantém com as características, propriedades, critérios, conteúdos informativos que a palavra traz consigo que fazem com que os sujeitos possam identificar no mundo objetos por ela nomeados. Por exemplo: somos levados a aceitar, pela força do hábito, que a expressão "ser humano" significa

[19] Mill admite a existência de nomes que não têm conotação, os chamados nomes próprios, como "João" "Maria", "São Paulo," "Londres", "Pirituba". Esses, segundo o filósofo, significam através da mediação das ideias, não conotando nenhum atributo. Somente nesses casos, o significado deve ser identificado com a denotação, pois esses nomes não têm conotação.

uma infinidade de indivíduos que chamamos seres humanos. No entanto, dirá Mill, esses indivíduos somente são nomeados pela expressão "ser humano" porque possuem uma série de características comuns que determinam a 'humanidade'. Assim, de acordo com a semântica de Mill, essas características são conotadas pela expressão "ser humano", consistindo nisso sua significação. Ou seja: "ser humano" não significa João, Maria, José, etc., objetos nomeados pela expressão "ser humano"; "ser humano" significa, em última instância, a racionalidade, animalidade, corporeidade, uma certa forma que denominamos 'humana', e mais uma série de propriedade e determinações que caracterizam a humanidade. A denotação é o objeto ao qual a palavra se refere. A conotação são as propriedades expressas implicitamente pelo nome que fazem com que identifiquemos a partir delas os objetos denotados. As palavras têm significados não porque incitam no sujeito uma certa ideia ou imagem mental que é associada a objetos do mundo. As palavras têm significado porque carregam consigo informações objetivas, conteúdos descritivos acerca dos objetos que caem sobre seu domínio semântico. Assim, de acordo com este ponto de vista, a significação mesma do nome é sua conotação e não propriamente sua denotação.



A teoria da conotação estabelece, no nível da unidade do sentido da proposição, uma situação bastante peculiar. O enunciado proposicional deverá, dentro deste contexto, ser analisado em termos de posse ou não de atributos conotados por parte do sujeito e do predicado[20]. Assim, por exemplo, o enunciado "a parede é branca" deve ser analisada, nominalisticamente, nos seguintes termos: "aquele objeto que é nomeado pela palavra 'parede' é também nomeado pela palavra 'branca'". Uma análise ulterior, entretanto, apresentará, realisticamente, o seguinte quadro: "aquele objeto que possui as propriedades conotadas pela palavra 'parede' possui também as propriedades conotadas pela palavra 'branca'". Nesse sentido a proposição fala efetivamente do mundo, sem a mediação da ideia subjetiva de uma suposta proposição mental.

O mais importante a ser notado diante do esquema esboçado acima é o fato de que a relação entre os nomes e as coisas pode se estabelecer exclusivamente em virtude da carga semântica que a palavra possui, não sendo necessária a vinculação do signo a nenhuma ideia ou entidade psíquica para que o signo tenha significado. O signo traz em si como seu conteúdo significativo os critérios que devem ser obedecidos pelas coisas para que essas sejam por ele nomeadas. Sabemos o significado da palavra "carro" não porque somos capazes de imaginar (ou seja, criar uma imagem mental) um carro. Até porque, somente podemos imaginar um carro de cada vez e a palavra "carro" denota todos os carros, carros dos mais diferentes modelos, cores e tamanhos. Sabemos, pois, o significado da palavra "carro" porque conhecemos os critérios que a palavra "carro" impõe para que algo possa ser por ela nomeado, sabemos quais as propriedades que a palavra carro conota. Para

[20] Mill é anterior a Frege. Defende, portanto, a estrutura proposicional baseada nas categorias de sujeito e predicado.

Mill, consiste nisto consiste sua significação das palavras: em sua conotação.

Em seguida, no capítulo 4, veremos o quanto as teorias esboçadas por Mill acerca do significado foram importantes para alguns filósofos que souberam entender e aproveitar seus *insights* semânticos, sobretudo Gottlob Frege, o mais importante filósofo da linguagem que a filosofia conheceu (mesmo não sendo, talvez, propriamente um 'filósofo da linguagem'). Em seguida, encerrando nosso curso, será dito alguma coisa com relação ao pensamento filosófico e semântico de Ludwig Wittgenstein, mais importante e influente filósofo do século XX.

CAPÍTULO 4

FREGE E WITTGENSTEIN

4.1. Sentido e referência

Apesar de não ser muito conhecido no Brasil, Frege foi um dos filósofos mais influentes do século XX, embora suas principais obras tenham sido escritas ainda no final do século XIX.



Gottlob Frege

Frege tinha por objetivo filosófico principal a fundamentação da aritmética a partir de uma definição lógica de número natural. Para isso, teve que propor uma teoria acerca de estrutura sintática da proposição, a partir das categorias de conceito e objeto, em oposição às categorias de

sujeito e predicado propostas pela lógica aristotélica. Isso abriu uma série de novas possibilidades para a ciência da lógica ao ponto de não ser exagerado dizer que Frege a reinventou. Na história da lógica existem dois nomes: Aristóteles e Frege.

No entanto, na perseguição das respostas ao seu problema fundamental, Frege esbarrou também em questões de ordem semântica e linguística, e acabou produzindo uma muito interessante e influente teoria do significado. Claramente influenciado pela teoria milliana da conotação, Frege criou sua famosa distinção entre sentido e referência. De acordo com a teoria fregeana, as expressões da linguagem, nomes ou proposições, exprimem sentidos e, por meio deles, apresentam suas referências. A teoria fregeana do sentido e referência foi proposta pelo autor num pequeno artigo publicado em 1892 chamado *Über Sinn und Bedeutung* (Sobre sentido e referência). Esta teoria se tornou moeda corrente na filosofia da linguagem da primeira metade do século XX, sendo aceita e pressuposta, por exemplo, por Wittgenstein em seu *Tractatus* e por uma série de outros filósofos.

Frege chega à sua teoria indagando pelo estatuto semântico das proposições que expressam igualdade, que contêm o símbolo "=". A pergunta é a seguinte: o sinal de igualdade expressa uma relação entre objetos ou entre nomes de objetos? Ou seja: quando afirmo que a = b estou dizendo que os objetos nomeados por "a" e "b" são o mesmo e, portanto, estou afirmando algo sobre este objeto, ou, ao contrário, estou afirmando que os nomes "a" e "b" são equivalentes por nomearem o mesmo objeto, e neste acaso, afirmando algo acerca dos nomes? Enfim, uma proposição que expressa igualdade é um discurso sobre as coisas ou sobre os nomes? A primeira opção deve ser logo descartada, pela consideração de um fato trivial: se "a = b" expressasse uma relação entre os objetos, então "a = a" e "a =

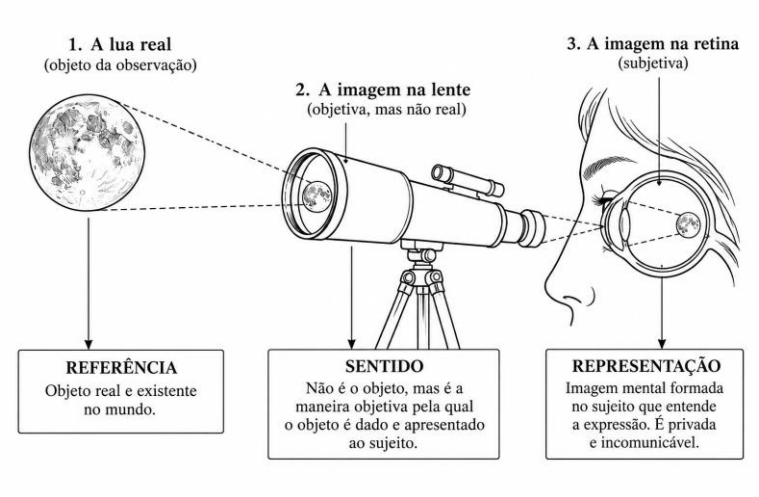
b" diriam a mesma coisa se "a = b" for verdadeira. Em ambos os casos se afirmaria que o objeto em questão, nomeado por "a" e por "b", é idêntico a si mesmo, o que claramente ocorre nos dois casos. Entretanto, evidentemente, os dois enunciados têm conteúdos muito distintos: "a = a" é uma proposição trivial, cuja verdade obtemos a priori, sem necessidade de nenhum tipo de verificação, somente pela consideração de um princípio lógico elementar, chamado princípio da identidade, que afirma que todo objeto, qualquer que seja ele, é idêntico a si mesmo. Já a proposição "a = b" afirma alguma coisa a mais do que a primeira, pois não pode ter sua verdade justificada somente pelo recurso ao princípio da identidade; é necessário algum tipo de verificação ou cálculo para que sua verdade seja posta. Frege fornece um exemplo célebre: a proposição "a estrela da manha é a estrela da manhã" é trivial e verdadeira a priori, pois afirma a relação de identidade que qualquer coisa mantém consigo mesmo. Já a proposição "a estrela da manhã é a estrela da tarde" possui um conteúdo cognitivo importantíssimo, uma vez que estabelece que o corpo que aparece num determinado lugar do céu nas primeiras horas da manhã é o mesmo que aparece em outro lugar do céu no final da tarde. Cognitivamente, esses enunciados têm estatutos distintos. Um é trivial, analítico e, por isso mesmo, inútil do ponto de vista científico; o mundo pode se comportar da maneira que for, e o enunciado sempre será verdadeiro; portanto ele nada diz sobre o mundo. O outro é sintético, informa algo novo, que não sabemos pela simples consideração de algumas leis racionais; ele diz efetivamente algo sobre o mundo.

Diante do exposto, a saída será defender que o sinal de igualdade estabelece uma relação entre os nomes. Mas em que sentido? Segundo Frege, diferentes nomes podem ser maneiras diferentes de apresentar o mesmo objeto. O objeto é apresentado a partir de características e de

aspectos diferentes que possui. Nesse sentido, chamar o planeta vênus de "estrela da tarde" ou "estrela da manhã" são maneiras diferentes de se referir ao mesmo objeto, e cada uma dessas maneiras apresentará o objeto ao seu modo, salientando determinadas características que ele possui. Nesse sentido, quando dizemos que "a estrela da manhã é a estrela da tarde" estamos dizendo que o mesmo objeto que se apresenta a partir do conteúdo descritivo expresso por "estrela da manhã" também se apresenta a partir do conteúdo descritivo expresso por "estrela da tarde". Em suma, os nomes têm a mesma referência, pois nomeiam o mesmo objeto, mas têm sentidos diferentes, pois esses objetos são apresentados de forma diferente. Assim sendo, temos que o conteúdo significativo mesmo que os signos expressam são os seus sentidos e não suas referências. O significado efetivo da expressão "estrela da manhã" não é aquele corpo celeste que vemos ao amanhecer, mas é o sentido que a expressão "estrela da manhã" exprime. E as expressões "estrela da manhã" e "estrela da tarde" exprimem sentidos diferentes, embora tenham a mesma referência.

Para se compreender de forma correta a teoria fregeana do sentido e referência é necessário ter clara distinção existente entre o sentido da expressão e a representação ou ideia que o sentido é capaz de produzir nos sujeitos. Para deixar clara esta relação, Frege utiliza uma metáfora bastante interessante: imaginemos a lua sendo observada por meio de um telescópio. Temos, neste caso, três 'luas' a serem consideradas, a saber, a própria lua, objeto da observação, a imagem da lua na lente do telescópio e a imagem da lua na retina do observador. Destas três luas consideradas, apenas uma é propriamente real e existente. No entanto, uma delas, a imagem na lente, embora não seja propriamente real, é objetiva, isto é, é a mesma para todo e qualquer observador. A imagem na retina do observador, por sua vez, é inteiramente subjetiva, pois cada observador

terá a sua e será impossível para qualquer observador ter em sua retina a mesma imagem que se formou na retina de outro. Temos, então, três níveis a serem considerados: o objetivo real (a própria lua), o objetivo não real (a imagem na lente) e o subjetivo (a imagem retiniana). De acordo com Frege, a relação entre referência, sentido e representação é análoga à que acabamos de descrever. A referência de uma expressão será sempre algo real e existente (desde que, é claro, a expressão tenha referência); o sentido da expressão é análogo à imagem na lente do observador pois, embora não seja o próprio objeto, é a maneira pela qual o objeto é dado e apresentado ao sujeito; a representação, isto é, a imagem mental que se forma na mente do sujeito que entende a expressão, é análoga à imagem retiniana, pois é privada e incomunicável.



Que justificativa temos para acreditar, com Frege, que o sentido expresso e compreendido pelo sujeito não é a representação subjetiva, mas algo diferente dela? Um pequeno exemplo pode ilustrar o ponto de vista: ao ouvirmos a expressão 'elefante branco', somos certamente capazes de

representar em nossas mentes uma determinada imagem correspondente a algum objeto que caia sobre o nome mencionado. No entanto, é bastante razoável supor que cada sujeito que se deparar com a expressão 'elefante branco' criará uma imagem própria e particular, privada e, enquanto imagem mental, incomunicável. Em sua: cada sujeito representa o 'seu' elefante branco, pois as imagens mentais são privadas. Porém, apresar da privacidade e unicidade das representações de cada sujeito particular, temos que concordar que todos compreenderam a mesma coisa. As representações são privadas mas nem por isso um imaginou um elefante e outro uma girafa, por exemplo. Todos entenderam elefante, ou seja, captaram o mesmo sentido ou, segundo nossa metáfora, olharam a mesma imagem na lente do telescópio. No entanto, aquilo que esta compreensão de sentido pode produzir em cada mente particular como imagem mental será natureza privada. Entendemos objetivamente o mesmo, mas representamos mentalmente coisas diferentes e privadas. Diferentes, não porque um representa um elefante e outro representa outra coisa; todos representarão elefantes, mas elefantes diferentes, frutos da capacidade imaginativa de cada um.

De acordo com o ponto de vista fregeano, as representações não exercem nenhum papel no processo de significação. Criar representações e imagens mentais não faz parte, como queriam os psicologistas, do processo de compreensão do sentido. Não precisamos representar para compreender. Ao contrário, somente representamos o que somos capazes de compreender. A compreensão do sentido é anterior à formação de imagens mentais.

Esta teoria do sentido e referência vale, de acordo com Frege, tanto no nível dos nomes e expressões singulares, como nos exemplos vistos, como também para as proposições. As proposições também exprimem sentidos e estes são compostos pelos sentidos das partes que os

compõem. Sendo assim, somente podemos decidir acerca da verdade e falsidade de uma proposição se antes compreendermos qual o seu sentido. E por sentido proposicional devemos entender, em Frege, as condições de verdade de uma proposição. Em suma: a pergunta semântica pelo sentido é anterior à pergunta epistemológica pela verdade. Antes de saber se uma proposição é verdadeira ou falsa deve compreender o seu sentido e isso não quer dizer que eu devo representar a situação que a proposição impõe, mas simplesmente saber quais são suas condições de verdade, ou seja, o que deve ocorrer no mundo para que ela seja verdadeira e o que deve ocorrer para que ela seja falsa.

Pelo que foi exposto, podemos notar que as expressões devem ter sentido para que possam significar propriamente, mas não é necessário que tenham referência. Todos sabemos o que é um unicórnio, seríamos capazes de identificar um exemplar caso o encontrássemos; portanto, entendemos o significado da expressão "unicórnio" e somos capazes, inclusive, de criar uma representação mental dele. Isso apesar do fato de , muito provavelmente, não existir nenhum unicórnio no mundo. Ou seja, a expressão "unicórnio" tem um sentido, mesmo não tendo referência. A imagem está na lente, provoca uma outra imagem na retina, mas não há nenhuma 'lua' sendo de fato observada.

A partir dessas considerações, podemos extrair, com Frege, uma muito interessante (embora não necessariamente verdadeira) teoria da ficção e sua relação com a verdade. Quando escrevemos uma obra de ficção, estamos trabalhando somente no nível dos sentidos, e não das referências, pois não consideramos que as personagens de fato existem. E porque não consideramos que as personagens existam, não perguntamos pela verdade ou falsidade do que se coloca ali. Na ficção, não existe verdadeiro nem falso. "Ulisses profundamente adormecido desembarcou em Ítaca" não é verdadeiro nem falso, simplesmente

porque "Ulisses", no contexto da obra homérica, é uma expressão que tem sentido, mas que não tem referência alguma no 'mundo real'. Verdade e referência estão intimamente ligados na filosofia de Frege.

4.2. O que pode ser dito

Encaradas as coisas sobre o ponto de vista que está sendo apresentado aqui, podemos entender claramente que o problema semântico referente constituição do sentido é anterior e mais fundamental do que a pergunta epistemológica pela verdade ou pela possibilidade do conhecimento da verdade. É elementar o fato de que somente podemos decidir se um enunciado é verdadeiro ou falso se entendermos o que ele diz, se compreendermos seu sentido. O juízo, ou seja, o ato subjetivo de tomar algo como verdadeiro, supõe que o sujeito saiba a que está dando crédito. É necessário saber qual o sentido da proposição, quais são suas condições de verdade. Saber como o mundo deve se comportar para que a proposição seja verdadeira e como deve se comportar para ser falsa. Sem isso não há juízo. Sem isso não há verdade nem falsidade.

Tomemos os seguintes exemplos:

a) o número de corpos vagando pela via láctea é ímpar.

b) amanhã Cinderela bicicleta saber.

c) o cataploft é azul.

d) a parede está feliz.

À primeira vista, podemos notar que esses enunciados têm uma característica comum. Não somos capazes de decidir acerca da verdade ou falsidade de nenhum

deles. Somos incapazes de emitir qualquer juízo de verdade sobre eles. O somos, porém, por razões bastante distintas em cada um dos casos.

Não sabemos se (a) é verdadeira ou falsa por uma mera impossibilidade de ordem técnica. Não temos condições de contar todos os corpos que vagam pela galáxia e, por isso, não podemos decidir acerca do valor de verdade de qualquer proposição que afirme algo sobre seu número. No entanto, sabemos claramente o que ela diz, compreendemos cabalmente o seu sentido, sabemos exatamente o que deve ocorrer para ela ser verdadeira.

O enunciado (b) é um mero arranjo desconexo de palavras, que não obedece a nenhuma estrutura formal estabelecida. Claramente ela não exprime nenhum sentido.

O enunciado (c) possui uma palavra da qual não conhecemos o significado. Não sabemos o que é um cataploft, por isso não podemos saber se ele é azul ou não. E mais do que isso, não sabemos sequer se cataploft é um objeto colorido, se sua constituição permita que ela tenha uma cor. E se não somos capazes de entender como o mundo deve se comportar para que o enunciado seja verdadeiro, pois não conhecemos o significado de uma das palavras, não compreendemos o seu sentido. Se amanhã eu vier a saber o que significa "cataploft", talvez compreenda o que quer dizer a afirmação de que ele é azul. Enquanto isso não ocorrer a questão fica em aberto.

Dos quatro exemplos citados, o mais complicado e enganador é o enunciado (d). Isso porque ele aparentemente é um enunciado bem construído, obedece todas as regras gramaticais que conhecemos, tem sujeito, verbo, predicado. Não transgride nenhuma norma estabelecida pela sintaxe da linguagem gramatical. Ademais, diferentemente do enunciado (c), conhecemos o significado de todas

as palavras que o compõe. Podemos ficar tentados a seguir um caminho simples e dizer apenas que o enunciado é falso, pois a parede não pode ser feliz. Mas isso simplesmente joga o problema para debaixo do tapete, pois a principal questão permanece em aberto: qual seria o sentido do enunciado "a parede está feliz"? Ora, se compreender o sentido, como foi dito, é condição para o estabelecimento da verdade, algo que não exprime sentido não pode ser verdadeiro nem falso. É um sem-sentido, um contra-senso, uma pseudo-proposição. Wittgenstein foi o autor que melhor conseguiu enxergar o fenômeno das pseudo-proposições contaminando o saber filosófico. A partir disso, criou uma filosofia da natureza crítica que tinha por objetivo ser um instrumento de análise da linguagem no sentido de dissolver falsos problemas filosóficos.

De acordo com Wittgenstein, "o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas". Isto significa dizer que devemos representar o que chamamos de mundo pelo conjunto das proposições verdadeiras que são enunciadas sobre ele e não como simplesmente um amontoado de coisas. O que seria um ser onisciente segundo este ponto de vista? Alguém capaz de fazer um inventário completo de todas as coisas que existem no mundo ou alguém que conhece todas as verdades que podemos enunciar sobre este mundo? Wittgenstein é adepto da segunda alternativa. Por isso, para que algum enunciado tenha sentido e expresse de fato algo, é necessário que este enunciado exprima uma 'situação no espaço lógico', ou seja, ele deve necessariamente poder ser verdadeiro e falso. Portanto, fregeanamente, entender o sentido é conhecer as condições de verdade; conhecer as condições de verdade significa saber como o mundo deve se comportar se a proposição for verdadeira e como deve se comportar se ela for falsa. Se o enunciado não nos fornece um conteúdo informativo que seja capaz de nos proporcionar esta compreensão, ele

carece de sentido. Ele não diz nada, como no caso de nosso exemplo (d).

A filosofia wittgensteiniana do *Tractatus* será um esforço em determinar o que pode e o que não pode ser dito acerca do mundo e não uma tentativa de determinar o que, de fato, é verdadeiro e falso no mundo. O falso pode ser dito, assim como o verdadeiro. O que não pode ser dito é o que não tem sentido. São aquelas pseudo-proposições que, do ponto de vista gramatical, até parecem ser bem formuladas, mas que não dizem nada de objetivo, nada do qual podemos determinar as condições de verdade. E o que pode ser dito, então? De acordo com o *Tractatus*, proposições factuais acerca do mundo, aquelas cujos valores de verdade podem ser estabelecidos ou, ao mesmo, cujas condições de verdade sejam conhecidas. Tudo o que pretender ser dito como verdadeiro ou falso que não seja uma proposição factual será enquadrado na categoria de contra-senso.

Abre-se com isso, caminho para uma distinção muito importante que Wittgenstein realiza em seu *Tractatus*: dizer em oposição a mostrar. O reino do que pode ser dito no discurso veritativo é algo bastante limitado no universo wittgensteiniano. A pergunta elementar que devemos fazer é: se só podemos dizer situações factuais do mundo, o que ocorre com todas as outras manifestações humanas que não se deixam reduzir ao discurso proposicional? A resposta é clara: essas coisas não são dizíveis, mas somente se mostram. Por exemplo: Certamente eu posso descrever por meio de proposições factuais algumas características de uma obra de arte, de um quadro, por exemplo. Porém, por mais precisa que seja minha descrição factual do quadro por meio da linguagem proposicional, eu nunca conseguirei comunicar ao meu interlocutor a beleza do quadro. Esta somente será conhecida por meio de uma experiência imediata, não simbólica. Eu posso falar sobre a forma, sobre as cores, sobre as dimensões, sobre a

disposição de algumas imagens na tela, mas jamais poderei 'dizer' a beleza do quadro. Esta, enquanto fruto da experiência estética, somente pode se mostrar. Não há linguagem que abarque este nível da experiência humana. A este reino 'indizível' e apenas imediatamente experienciável, Wittgenstein chamou de 'místico'. O discurso dizível, lógico e veritativo, aquele da ciência, aquele que pretende enunciar verdades acerca do mundo é restrito a uma muito pequena porção do que podemos chamar de humano. Todo o resto, tudo o que não se deixa abarcar por esta limitada linguagem pertence ao universo do 'realmente importante', e para este reino, não há verdade nem falsidade. Não há linguagem. O que pode ser dito, segundo a primeira filosofia de Wittgenstein, pode ser dito claramente. Porém, do não se pode falar, deve-se calar.

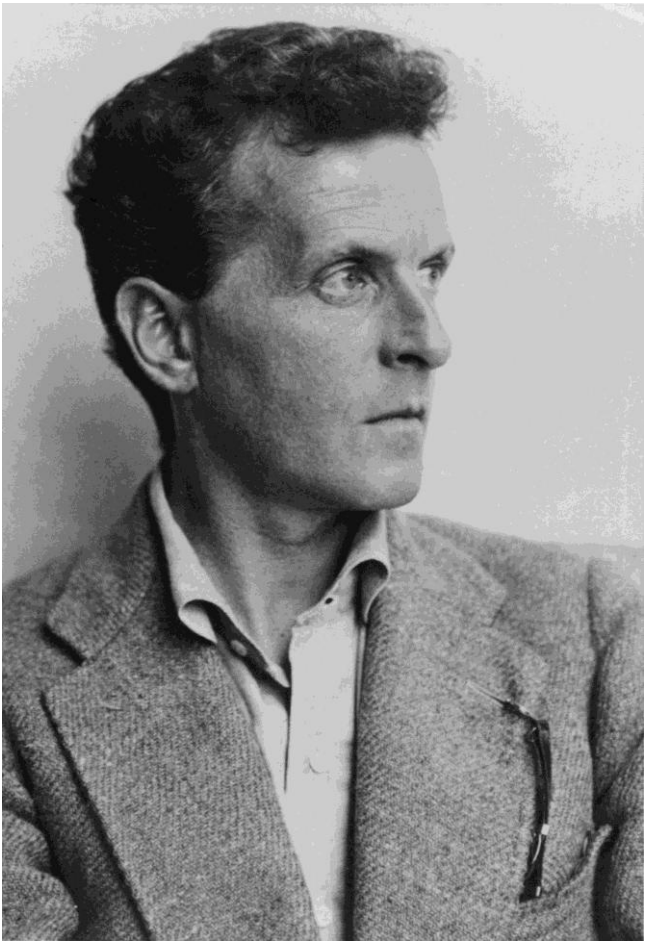
4.3. Jogos de linguagem

Embora, infelizmente, não a tenhamos abordado com o cuidado necessário e somente de forma bastante superficial, podemos dizer que primeira filosofia de Wittgenstein foi o esforço de levar às últimas consequências de um determinado modelo semântico que imperou na história do pensamento por milênios: o modelo referencial de significado. De acordo com a tradição que está sendo ainda mantida ali, significar é um processo que tem por objetivo último e principal 'apontar' para uma referência, para algum objeto (físico ou não) do qual o signo da linguagem seja uma espécie de substituto. Antes das sofisticadas teorias da conotação de Mill e do sentido e referência de Frege, que foi assumida na íntegra pelo segundo Wittgenstein, o significado era, por assim dizer, confundido com sua referência: o significado da palavra "carro" era o próprio carro ou, no modelo conceitualista, a ideia do carro. As sutilezas semânticas de Frege e Mill mudaram

um pouco este quadro: o significado deixou de ser a própria referência, e passou a ser considerado como o conteúdo informativo que o nome ou sentença contém e que faz com que a partir dele seja indicada a referência. Mas, de qualquer forma, é ainda em função de uma referência que o significado se dá, impondo-a, apresentando-a. Neste sentido, podemos entender o que vem a ser o sem-sentido do *Tractatus*: enunciados linguísticos que não podem ter equivalente no nível real; não pode haver um fato do mundo cujo enunciado seja, por assim dizer, um substituto.

O filósofo que soube da melhor forma refutar e superar as teses do *Tractatus* foi o próprio Wittgenstein em sua segunda filosofia, de modo que temos uma muito peculiar situação histórica em que o mesmo filósofo foi responsável pela elaboração de um muito complexo e interessante (embora não necessariamente verdadeiro) sistema filosófico e por sua cabal refutação. No entanto, embora certo, é um tanto simplório e insuficiente afirmar que o segundo Wittgenstein refutou e rompeu com as teses do primeiro. Na realidade, segunda filosofia de Wittgenstein rompeu com toda tradição filosófica vinculada àquilo que chamamos modelo referencial de significado. O que o segundo Wittgenstein irá refutar é mais do que simplesmente as teses específicas do *Tractatus*, mas a tese genérica que sustentou praticamente toda teoria do significado desde os primórdios da filosofia, a saber, a tese de que significar é substituir objetos por signos, é ter uma referência ou impor condições para que seja dada uma referência; enfim, que o significado seja, em última instância, um processo referencial. Certamente, dirá o Wittgenstein maduro, apresentar referências é uma das funções da linguagem, mas não é a única. Existe uma infinidade de outros usos que podem ser feitos da linguagem e aquilo que impõe o modelo semântico referencial é apenas um deles. Usamos a linguagem sim para falar de objetos referenciais, mas

usamos a linguagem também para várias outras coisas, de modo que não se pode reduzir o conceito de significado a apenas uma das funções que a linguagem pode exercer no conjunto das atividades humanas.



Ludwig Wittgenstein

Ora, se o significado não se reduz ao procedimento referencial, qual é então seu fundamento? Se significar não é simplesmente ter ou impor uma referência, o que é então? O segundo Wittgenstein oferece uma abordagem

pragmática ao significado, e o define partir do uso que fazemos da linguagem, que pode ou não ser referencial. Por exemplo: se quero informar alguém sobre o que se passou e digo "caiu uma árvore em cima do ponto de ônibus", certamente há um elemento referencial prioritário aqui. Quero fornecer uma imagem, ou, nas palavras do primeiro Wittgenstein, uma figuração do que se passou. Neste caso estou claramente fazendo um uso referencial da linguagem pois, "árvore" é um signo que tem um correlato na realidade, "ponto ônibus" também, etc. Embora a proposição possa ser falsa, ela pretende ser um modelo do mundo, ela quer representá-lo.

No entanto, a linguagem é utilizada no conjunto das atividades humanas para várias outras coisas e não apenas para falar do mundo. Posso, por exemplo, fazer um gesto obsceno para alguém, com o intuito deliberado de ofendê-lo. Se a pessoa à qual direcionei meu gesto entender minha intenção e se sentir ofendida, pode-se dizer que algo foi ali comunicado. Eu fiz o gesto e meu interlocutor entendeu este gesto. Fica a pergunta: Qual a referência de meu gesto? Qual objeto, real ou mental, é substituído pelo meus gesto? A resposta é: nenhum, não há uma referência em meu gesto. Outra pergunta então se coloca: meu gesto obsceno tem, de fato, significado? A resposta é elementar: claro que tem, mesmo meu gesto obsceno não sendo o substituto de nenhum objeto do mundo, não há uma relação semântico-referencial estabelecida ali, mas ainda assim há significado. Há uma intenção pragmática de ofender e um signo que, dada uma regra que associamos a ele, foi capaz de 'comunicar' a ofensa.

Portanto, para a filosofia do segundo Wittgenstein, o significado é algo associado a uma regra (na realidade, infinitas regras) que os usuários devem conhecer e cumprir no ato comunicativo. O autor utiliza uma muito interessante metáfora para explicar sua nova concepção de

significado: a linguagem é como um jogo, ou melhor, as infinitas linguagens (que o autor chama de jogos de linguagem) são como jogos, os quais necessitam de regras bem definidas a serem obedecidas e jogadores que conhecem e executam a regra. Se eu pergunto ao meu interlocutor: "que horas são?" e ele me responde "quarta-feira", é algo comparável a alguém que tente mexer o cavalo em movimento diagonal no xadrez. O interlocutor, claramente, realizou um 'movimento' que feriu as regras do jogo de linguagem em questão. Nesse sentido, conhecer a linguagem é algo muito mais complexo do que conhecer palavras e seus referentes isolados, é mais do que dominar as regras gramaticais de um determinado idioma, é mais do que decorar o dicionário. Conhecer a linguagem é saber o jogo. As palavras e expressões são como as peças do jogo, mas o ato de jogar é algo que envolve um treinamento, uma práxis, uma 'sabedoria social', muito mais do que o mero conhecimento lexical acerca dos signos de um determinado idioma.

Numa mesma cidade, onde existe um mesmo idioma oficial, onde todos falam, por exemplo, o mesmo português, é possível existir (e de fato geralmente existe) muitas linguagens, ou melhor, muitos jogos de linguagens distintos pertencentes aos diversos grupos ou 'tribos'. Será que jovem da periferia que 'curte' hip hop, quando está em seu grupo de amigos utiliza os mesmo jogos de linguagem que seu avô quando está em família. A resposta é claramente negativa. Embora se comuniquem utilizando o mesmo idioma português, existem códigos e regras próprias em cada grupo social, de modo que talvez seja um tanto difícil parta o avô compreender o que o neto e seus amigos conversam. De forma semelhante, duas pessoas muito íntimas, (um casal, por exemplo) acabam com o convívio criando regras de linguagem próprias. Muitas vezes, nesses casos, um olhar ou uma expressão facial é suficiente

para comunicar muita coisa. Isso ocorre não porque o olhar ou a expressão facial em si mesma carregue aquele conteúdo significativo, mas porque os envolvidos criaram regras próprias de linguagem e associaram a esses gestos significações próprias.

O convívio social impele os indivíduos a, junto com seus próximos, criar jogos de linguagens. Nesses, o significado está associado à obediência às regras pragmáticas por parte dos falantes e não a uma relação referencial estabelecida entre signo e coisa. Nisto consiste, em linhas gerais, a virada pragmática realizada pelo segundo Wittgenstein no que tange à teoria do significado. E é nesse sentido que podemos dizer que o autor superou o chamado modelo semântico referencial. Sendo assim, é certo dizer que o segundo Wittgenstein refutou a filosofia da linguagem do primeiro, mas somente na medida em que a filosofia do primeiro Wittgenstein estava inserida ainda no milenar modelo referencial, este sim, o alvo a ser atacado pela teoria dos jogos de linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Organon*. Guimarães Editores, Lisboa, 1985.

FREGE, G. *Os fundamentos da aritmética*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____ *Sobre sentido e referência.* In: FREGE, G. Lógica e filosofia da linguagem. Cultrix-Edusp, São Paulo, 1978.

HOBBES, T. *Cálculo ou lógica*. Campinas, Editora Unicamp, 2009

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989

LEIBNIZ, W. *Dissertacion acerca del arte combinatorio*, Santiago, Ediciones Universidad Catolica del Chile, 1992

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1991.

MILL, J. S. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

OCKHAM, G. *Suma de lógica*. Grupo Editorial Norma, Bogotá, 1994.

PLATÃO, O Sofista. In; Coleção os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1972.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus.* Edusp, São Paulo, 1993.

_____ *Investigações filosóficas*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Este livro encontra-se metodologicamente na categoria de introdução, ou seja, é um texto que tem por objetivo apresentar algumas questões e abordagens acerca da linguagem e seus fundamentos filosóficos de modo a 'preparar' o leitor para reflexões e leitura de obras complexas – que, por vezes, são pouco penetráveis. Destina-se, portanto, ao estudante de filosofia que pretende iniciar estudos em temas relacionados à filosofia da linguagem, e aos estudantes e estudiosos de outras áreas que se interessam pelos fundamentos mais elementares da linguagem e suas consequências filosóficas.

Concepção da obra
Grupo de Pesquisa "Estudos da Modernidade"
(Unesp/CNPq)

Concepção da Série
Grupo de Pesquisa "Origens da Filosofia Contemporânea"
(PUCSP/CNPq)

Apolodoro Virtual Edições

978-85-93565-63-2